

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

DANIELE APARECIDA BARBOSA ZENZ

“MULHERES ALTERADAS”: A REPRESENTAÇÃO PERFORMATIVA FEMININA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

PONTA GROSSA
2021

DANIELE APARECIDA BARBOSA ZENZ

“MULHERES ALTERADAS”: A REPRESENTAÇÃO PERFORMATIVA FEMININA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, junto ao Programa de Pós-Graduação (stricto sensu) em Estudos da Linguagem, dentro da linha de pesquisa Pluralidade, Identidade e Ensino, como requisito parcial de avaliação para a obtenção do título de mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Lourenço dos Santos

PONTA GROSSA
2021

Z56 Zenz, Daniele Aparecida Barbosa
"Mulheres Alteradas": a representação performativa feminina sob a perspectiva da Teoria da Relevância. / Daniele Aparecida Barbosa Zenz. Ponta Grossa, 2021.
77 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Prof Dr Sebastião Lourenço dos a Santos.

1. Pragmática cognitiva. 2. Teoria da relevância. 3. Representação performativa feminina. I. Santos, Prof Dr Sebastião Lourenço dos a. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 808.3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

DANIELE APARECIDA BARBOSA ZENZ

MULHERES ALTERADAS: A REPRESENTAÇÃO PERFORMATIVA FEMININA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de
Mestre em Estudos da Linguagem
na Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Área de concentração em
Linguagem, Identidade e Subjetivi-
dade.

Ponta Grossa, 27 de setembro de 2021.

Prof. Dr. Sebastião Lourenço dos Santos – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Dra Marly Catarina Soares – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Fábio José Rauen – Universidade do Sul de Santa Catarina



Documento assinado eletronicamente por **Fábio José Rauen, Usuário Externo**, em 30/09/2021, às 17:34, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marly Catarina Soares, Professor(a)**, em 01/10/2021, às 11:21, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sebastiao Lourenco dos Santos, Professor(a)**, em 04/10/2021, às 14:02, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **0602735** e o código CRC **F7641B6D**.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta pesquisa ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastião Lourenço, por me apresentar a pragmática e as inúmeras possibilidades que ela apresenta e, principalmente, por me incentivar e acreditar nesta pesquisa.

Agradeço todo apoio do programa de Mestrado em Estudos da Linguagem, pela preocupação dos professores e colegas nos momentos em que mais precisei, meu muito obrigado.

Também dedico este trabalho ao meu querido pai *in memoriam*, por sempre acreditar e possibilitar meus estudos, infelizmente vencido pela Covid 19.

Dedico a minha família, que foi meu suporte e amparo, que cuidou com muito carinho das minhas filhas para que eu pudesse chegar aqui.

Dedico também este trabalho às minhas amigas Leticia e Maiara, que foram de suma importância para a realização dessa caminhada.

Agradeço à banca pelas contribuições e apoio, que foram pontuais para a evolução dessa pesquisa. E, finalmente, quero agradecer à secretária Vilma pelo carinho especial que me dedicou, pela atenção e preocupação quando estive doente, muito obrigada.

Obrigada a todos que participaram dessa caminhada.

Não temas, porque sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus; eu te esforço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça. Eis que envergonhados e confundidos serão todos os que se irritaram contra ti; tornar-se-ão nada; e os que contenderem contigo perecerão.

Isaias 41, 10-12

RESUMO

Esta pesquisa analisa, com base na Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001), como ocorrem as representações performativas da mulher em “Mulheres Alteradas” de Maitena Burundarena (2003/2004). Para elaboração da pesquisa tomamos por base a hipótese de que as identidades sociais são produtos da performatividade aos discursos sobre feminilidade. Para isso, a Teoria da Relevância permite que sejam descritos aspectos lógicos e filosóficos da linguagem, o que possibilita a interpretação de enunciados linguísticos. Nesta perspectiva, analisamos os quadrinhos humorísticos da chargista e cartunista argentina, que apresenta o comportamento e os dilemas da vida feminina em condições sociais e históricas cotidianas, numa percepção ampla em relação ao gênero performativo. A partir disso, analisamos a seleção de alguns quadrinhos traduzidos para a língua portuguesa entre os anos de 2003 e 2004. Devido à natureza do *corpus*, buscamos descrever os discursos acerca da mulher e sua posição dentro da sociedade, desde os padrões de comportamento e as suas relações na família, no trabalho, com o corpo e com a própria sexualidade. Diante dessas considerações, estabelecemos como objetivo principal descrever, em consonância com a pragmática e a teoria do gênero performativo, de Judith Butler (1990), como compreender o gênero feminino nos quadrinhos de Burundarena. Dessa forma, nossa expectativa com este trabalho é contribuir com os estudos linguísticos, apoiando-nos na Teoria da Relevância e na teoria performativa de gênero. Tendo como base o referido aparato teórico e a devida complexidade, as discussões sobre identidade de gênero, por sua vez, não são centradas, fixas e coerentes, mas partem dos estudos de gênero que produzem evidências e como são enriquecidas às explicaturas que nos trazem as conclusões de humor. Logo, tal efeito é obtido no processo de interpretação textual por meio de premissa.

Palavras-Chave: Pragmática Cognitiva. Teoria da Relevância. Representação Performativa feminina.

ABSTRACT

Based on the Relevance Theory (SPERBER; WILSON, 2001), this research analyzes how the performative representations of women occur in Maitena Burundarena's "Altered Women" (2003/2004). To elaborate the research, we took as a basis the hypothesis that social identities are products of the performativity of discourses about femininity. For this, the Relevance Theory allows the description of logical and philosophical aspects of language, which enables the interpretation of linguistic utterances. In this perspective, we analyze the comic strips of the Argentine cartoonist and cartoonist, who present the behavior and dilemmas of female life in everyday social and historical conditions, in a broad perception in relation to the performative genre. From this, we analyzed the selection of some comics translated into Portuguese between 2003 and 2004. Due to the nature of the corpus, we sought to describe the discourses about women and their position in society, from the standards behavior and their relationships in the family, at work, with the body and with their own sexuality. In light of these considerations, our main objective is to describe, in line with Judith Butler's (1990) pragmatics and performative gender theory, how to understand the female gender in Burundarena's comics. Thus, our expectation with this work is to contribute to linguistic studies, relying on the Relevance Theory and the performative theory of gender. Based on the aforementioned theoretical apparatus and due complexity, discussions on gender identity, in turn, are not centered, fixed and coherent, but depart from gender studies that produce evidence and how they are enriched by the explanations that bring the humor conclusions. Therefore, this effect is obtained in the textual interpretation process through the premise.

Keywords: Cognitive Pragmatics. Relevance Theory. Female Performative Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Força performativa	17
Figura 2 - “O filho, sua mãe e a surra, década a década”, de Maitena Burundarena.....	18
Figura 3 - Atos de Fala.....	20
Figura 4 - Implicaturas Conversacionais de Grice.....	25
Figura 5 - Distinção entre implicaturas convencionais e conversacionais	27
Figura 6 - Falta de informação	28
Figura 7 - Ironia (um escândalo de mau gosto)	29
Figura 8 - Como é fácil ser mulher	29
Figura 9 - Violação da máxima da qualidade	30
Figura 10 - Hipérbole.....	30
Figura 11 - Piada.....	31
Figura 12 - Quebra voluntária da máxima	31
Figura 13 - O processamento mental de enunciados linguísticos.	38
Figura 14 - Ilustrações de “Mulheres Alteradas”	54
Figura 15 - Capa do Romance Rumble	55
Figura 16 - Alguns dos preconceitos mais comuns	59
Figura 17 - Como Transformar seu filho em um machão	65
Figura 18 - Ser Magra	66
Figura 19 - Algumas crenças ridículas que algumas ridículas insistem em sustentar.....	67
Figura 20 Algumas razões que tem uma mulher de certa idade para se envolver com um jovem de idade incerta.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TEORIAS PRAGMÁTICAS	13
2.1 SINTAXE, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA	13
2.2 TEORIA DOS ATOS DE FALA.....	15
2.3 SEARLE	19
2.4 TEORIA INFERENCIAL DE GRICE	21
2.4.1 Princípio da cooperação e máximas conversacionais	22
2.4.2 Implicaturas	24
2.4.2.1 Implicaturas Conversacionais generalizadas e particularizadas.....	26
2.4.2.2 Implicatura Convencional	26
2.4.2.3 Violação das máximas.....	27
2.4.2.4 Modelo Ostensivo-Inferencial	32
2.5 TEORIA DA RELEVÊNCIA	33
2.5.1 Especificidades Teóricas da Teoria da Relevância	35
2.5.2 Comunicação ostensivo-inferencial	36
2.5.3 Manifestabilidade mútua.....	39
2.5.4 Contexto	41
2.5.5 Noções gerais sobre inferência.....	44
3 LINGUAGEM, FEMINISMO E PRAGMÁTICA	48
3.1 MOVIMENTO FEMINISTA E “A QUESTÃO DA MULHER”	48
3.2 A INFLUÊNCIA DA PRAGMÁTICA NO FEMINISMO DE JUDITH BUTLER.....	49
3.3 MAITENA BURUNDARENA E “MULHERES ALTERADAS”	54
4 ANÁLISE DOS DADOS	57
4.1 PRECONCEITOS MAIS COMUNS EM RELAÇÃO ENTRE ÀS MULHERES	58
4.2 ANÁLISE DOS QUADRINHOS	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

O que despertou a vontade em aprofundar os estudos sobre a pragmática cognitiva surgiu durante a participação da disciplina Linguagem, Cognição e Relevância do Programa Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi durante a participação que surgiram os primeiros contatos com os estudos pragmáticos e as suas imensas possibilidades de análises.

Tendo em vista o aumento dos estudos pragmáticos e também os estudos feministas, houve o interesse em analisar os quadrinhos de Burundarena (2003, 2004), pois retratam diversos aspectos da vida cotidiana feminina. Nosso interesse neste estudo de acordo com os estudos da pragmática é abordar quadrinhos que retratam a performatividade da mulher em “Mulheres Alteradas” de Maitena Burundarena.

A pragmática é uma área de estudos de limites indefinidos (NETO, 2012, p.01), que cresceu de forma exponencial e contribuiu para pesquisas entre linguagem e contexto. Segundo Santos (2009, p.14), “a pragmática se ocupa de princípios regulares que guiam e regem os processos de produção e interpretação do significado em uso pelo falante”. Tais estudos são fundamentais para a compreensão dos enunciados, estudo das inferências que se relacionam ao que foi dito e ao que é mutuamente suposto.

Com base nesse contexto, essa dissertação busca analisar quadrinhos selecionados de “Mulheres Alteradas”, de Maitena Burundarena. A chargista e cartunista argentina, nascida em Buenos Aires em 1962, muito jovem, lançou-se como ilustradora em um campo majoritariamente masculino e de difícil acesso, encontrando muita dificuldade para ter seu trabalho aceito e reconhecido. Iniciou como *freelance* em publicações de cunho erótico, além de produzir ilustrações para livros infantis.

Na década de 1990, a autora teve a primeira oportunidade de trabalho com contrato remunerado com os cartuns “Mulheres Alteradas” para a revista argentina “Para Ti”. Burundarena enfrentou duras críticas ao seu trabalho, porém, em pouco tempo, seus cartuns foram traduzidos para mais de 20 países. No Brasil, entre 2003 e 2009, os cartuns de “Mulheres Alteradas” foram publicados pela revista *Marie Claire* em sua última página.

As personagens retratadas em “Mulheres Alteradas” são variadas: mães, filhas, amigas, esposas, amantes, ricas, pobres, chefes, funcionárias com idades entre 20 aos 70 anos. De forma geral, Burundarena trata dos mais diversos dilemas vividos pelas mulheres, presas aos estereótipos e expectativas sociais designados às mulheres entre os séculos XX e XXI.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que as análises que buscam esclarecer como o gênero feminino e a partir de fatores contextuais no campo dos estudos feministas quanto a própria pragmática, contribuem como um campo potencial de estudos sobre a linguagem pouco explorado.

A partir dos objetivos propostos, destacamos a importância da pragmática junto à teoria do gênero e como essa relação influencia o leitor em seu processo inferencial de interpretação.

Sendo assim, tomamos como objetivo analisar a noção performativa da mulher representada nos cartuns de Burundarena na série “Mulheres Alteradas”, os quais abordam temas relacionados às pressões sociais que envolvem as mulheres, tais como: corpo, família e, apostando na perspectiva pragmática, em consonância com a teoria do Gênero Performativo, de Judith Butler (1990), pretendemos responder perguntas como:

- Como as teorias pragmáticas podem ajudar na compreensão dos enunciados estereotipados?
- Como gênero feminino é tratado nas tiras humorísticas de Burundarena (2003)?

Neste trabalho, assumimos que essas perguntas podem ser respondidas ao estabelecermos uma relação entre a problemática da identidade de gênero, de Judith Butler (1990), e a pragmática, contextualizada pela Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (2001). Para tanto julgamos necessário descrever os objetivos específicos para a análise proposta:

- Examinar o aparato teórico dos estudos pragmáticos relevantistas;
- Descrever brevemente os conceitos de performatividade de gênero tratados por Judith Butler (1990);
- Alinhar a pragmática à teoria do gênero a fim de analisar a performatividade nas tiras de abordagem feministas.

Como hipótese, apostamos na ideia de que a construção das identidades sociais é produto da performatividade dos discursos sobre feminilidade. Para comprovar nossa hipótese, lançamos mão da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 2001) e da proposta de Judith Butler (1990).

A pragmática é um ramo da linguística que está interessada no significado que os enunciados adquirem em seus contextos. Devido a essa particularidade, com base em sua complexidade teórica, buscamos analisar como acontece o processamento de informações contidas nos cartuns de Burundarena (2003, 2004). Assim, com a pragmática da cognição humana, pretendemos abordar este estudo em três capítulos.

Para contemplar os objetivos, essa dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, descrevemos os principais conceitos pragmáticos mais relevantes para o trabalho, apontamos os principais percursos teóricos da pragmática de corrente anglo-americana. Neste capítulo, conceituamos os primeiros teóricos da pragmática, desde os estudos de Austin (1962) e Searle (1969), que serviram de suporte teórico para nossa pesquisa e as contribuições de Grice (1975). Também apresentamos os principais conceitos da Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (2001).

No segundo capítulo, apresentamos de forma breve o conceito de gênero performativo da Feminista Judith Butler (1990), que foi baseada nos estudos de Austin (1969) e descrevemos como o gênero feminino é caracterizado na literatura. Ademais, utilizamos os conceitos propostos por Judith Butler (1990) na obra “Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade”, publicada originalmente em 1990.

O terceiro capítulo é dedicado à análise dos cartuns da argentina Maitena Burundarena (2003, 2004), na qual utilizamos a Teoria da Relevância para descrever o processo ostensivo-inferencial a partir dos conceitos de performatividade de gênero propostos por Judith Butler (1990).

E nossas considerações finais sintetiza a pesquisa e descreve as contribuições da Teoria da Relevância aos estudos feministas, bem como traça indicações que podem conduzir a futuras pesquisas.

2 TEORIAS PRAGMÁTICAS

No presente capítulo, apresentamos uma breve contextualização da Pragmática e algumas definições do termo. Desde o percurso histórico a partir de Morris (1979) até os estudos de Sperber e Wilson (2001), citamos os estudos contemporâneos que, hoje, constituem o vasto campo de investigação da pragmática cognitiva e o conceito de Performatividade de Gênero, de Judith Butler (1990).

2.1 SINTAXE, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Não é uma tarefa fácil delimitar, de maneira consensual, os desdobramentos que compreendem os termos semântica e pragmática, uma vez que seus conceitos são constantemente discutidos. Para melhor compreendermos tais conceitos teóricos, iniciamos com o filósofo norte-americano Charles Willian Morris, da Universidade de Chicago, a partir de sua obra *'Fundamentos da Teoria dos Signos'* (1938)¹.

Segundo Marcondes (2005), o projeto de Morris visava reformular os fundamentos epistemológicos e metodologias de uma ciência unificada iniciada anos antes por Neurath. Após a ascensão do nazismo, o filósofo alemão Rudolf Carnap (1938) muda-se para os Estados Unidos, entre 1936 e 1952, onde trabalhou com Morris (1938) na Universidade de Chicago. Logo em seguida, Carnap descreveu em suas obras as distinções entre sintaxe, semântica e pragmática como áreas de estudo da linguagem.

Considerado o precursor da pragmática, Charles Sanders Peirce (1839, 1914) também influenciou Morris. De acordo com Marcondes (2005, p.8), Peirce, em sua discussão sobre natureza e a função dos signos, “destaca a importância do uso, enfatizando o papel do interpretante na relação entre o signo e aquilo que este designa”. Porém, o autor esclarece que não devemos interpretar o pragmatismo de Peirce que se estabelece como uma concepção filosófica ampla, porque ele propõe proposições científicas como critérios de validades e seus resultados enquanto dimensão de estudo da linguagem e processo de significação.

Portanto, a partir do texto de Morris, o homem sobressai aos outros animais por possuir um sistema complexo e elaborado de signos. Metodologicamente, Morris

¹ Texto este que faz parte da Introdução na Enciclopédia Internacional de Ciência Unificada, tendo como organizadores os membros do Círculo de Viena, Otto Neurath e Rudolf Carnap.

propõe a divisão do estudo da linguagem em uma perspectiva filosófica em três subdisciplinas: sintaxe, semântica e pragmática.

Oliveira (2010, p.4) destaca que, para Morris, a sintaxe compreende uma dimensão semiótica que examina a relação formal dos signos entre si. Já a semântica estuda a relação entre os signos e os objetos a que se referem, ou seja, é a relação do signo + mundo ou objeto referido. Para Marcondes (2005), as definições e distinções de cada uma dessas áreas contribuíram para o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem no pensamento contemporâneo, não somente na filosofia, mas na linguística e na teoria da comunicação.

Já a pragmática, segundo Oliveira (2010), está instaurada no universo sócio-semiótico da linguagem e estuda a relação dos signos com os interpretantes, ou seja, diz respeito à linguagem em uso, considerando os diferentes contextos. Isso resulta no domínio da variação e na heterogeneidade em que a diversidade de usos e a multiplicidade de contextos estão inseridas.

Fowler (1986) complementa e assim descreve a pragmática:

A pragmática tem a ver com as relações entre a língua e os seus utentes. Trata-se do ramo da linguística ainda em desenvolvimento que tem sido muito debatido e que inclui os seguintes tópicos: atos interpessoais e sociais que os falantes executam ao falar e escrever, ou seja, a estrutura não só da conversação mas também de todas as outras formas de comunicação linguística enquanto interação; as relações diversas entre o uso da língua e os seus diferentes tipos de contexto; em especial, as relações com contextos sociais e sua evolução histórica e, fundamentalmente, os sistemas de conhecimento partilhados entre comunidades e entres falantes, que tornam a comunicação possível – campo onde a pragmática e a semântica se sobrepõem. (FOWLER, 1986, p.21)

Já Oliveira (2010) afirma que a pragmática é o uso da linguagem que envolve tipos de conhecimentos que estão além da sintaxe e da semântica. Desse modo, a pragmática é a ciência da linguagem humana que busca um domínio específico da linguística e tem como objeto de estudo os significados dos interlocutores, seu uso em contextos comunicativos, desde os enunciados aos efeitos que produzem. (SANTOS; GODOI, 2017).

É preciso considerar que a pragmática valoriza nossas experiências concretas de linguagem, como lidamos efetivamente com tais fenômenos linguísticos e com a complexidade que acompanham esses usos. Em vista disso, para a pragmática, o significado é determinado pelo uso e, assim, a pragmática ressalta a intencionalida-

de do indivíduo e possibilita a descrição da interpretação não como uma expressão subjetiva social, mas como um processo ativo e singular ao responder as condições objetivas.

Nesse norte, com o desenvolvimento de uma filosofia da linguagem, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein propôs em ‘Investigações Filosóficas’ escrito em 1953, o que pode ser considerada uma introdução à pragmática. Segundo Wittgenstein (1996), o significado de uma palavra/expressões e o seu uso determinam um contexto e introduzem a noção de “jogo de linguagem”. Ao comparar a linguagem a um jogo, surge então a noção de intencionalidade, isto é, o significado de um enunciado pode ser compreendido pelo seu uso em diversas e diferentes interações linguísticas.

Conforme Armengaud (2006, p. 37), “um jogo é essencialmente uma atividade regulada e partilhada”, ou seja, de acordo com o filósofo, o significado não deve ser compreendido como algo fixo e determinado, mas como expressões linguísticas que, em contextos específicos, podem variar dependendo do propósito deste uso, não sendo, portanto, caracterizada de modo definitivo. Essa impossibilidade analítica de contexto caracteriza a concepção wittgensteiniana de pragmática.

Dessa forma, na mesma linha filosófica, outros dois estudiosos propuseram uma importante abordagem ao discurso como ação. Nasce então a teoria dos Atos de Fala, originalmente proposta por Austin (1962) e, posteriormente, desenvolvida por Searle. A noção de performatividade oriunda da teoria Atos de Fala irá influenciar os estudos da feminista Judith Butler (1999) e Joana Plaza Pinto (2014).

2.2 TEORIA DOS ATOS DE FALA

A teoria dos Atos de Fala é uma das abordagens mais importantes do discurso. De acordo com Santos (2009), a teoria de Austin (1962) surgiu dentro da Filosofia Analítica de Oxford e tem seus principais fundamentos na obra *How to do things with word*. Posteriormente, a teoria é desenvolvida por seu discípulo John R. Searle (1969), em “*Speech acts: An essay in the Philosophy of Language*”.

Em 1930, nasce o movimento chamado “Filosofia da Linguagem Ordinária”. O movimento iniciou-se na Universidade de Oxford, na Inglaterra, e tem como principal defensor John Langshaw Austin (1962). Crítico da doutrina positivista, Austin (1962) influenciou os rumos da Linguística nos últimos tempos (RAJAGOPALAN, 1996,

p.107). As contribuições de Wittgenstein (1996) sobre o ‘uso’ da linguagem em “Investigações Filosóficas” impulsionaram algumas das discussões propostas por Austin (1962). Porém, o empreendimento dele foi além de Wittgenstein, sendo considerada uma atitude única e original.

Em vista disso, o nome do filósofo é associado ao termo “atos de fala”, que foi tema central das doze conferências proferidas na Universidade de Harvard nos EUA (1955), e os manuscritos compõem os doze capítulos do livro. A teoria inspirou diversos estudos nas mais variadas áreas, tais como a Psicologia, Sociologia, Teoria Literária, Filosofia e, como veremos adiante, também nos conceitos relacionados ao gênero, presentes nos estudos feministas.

Segundo Rajagopalan (1996), o conceito de ato de fala, tal como é divulgado, passou por uma releitura de seu discípulo John Searle (1969), considerado por muitos como “herdeiro intelectual legítimo do mestre inglês”. Conforme Rajagopalan descreve, Searle (1969) procurou sistematizar instrumentos conceituais adequados ao uso da linguagem. Santos (2009, p. 31) descreve que a ideia central de Austin (1962) ao propor esta teoria é demonstrar “que a linguagem não serve apenas para descrever o estado das coisas no mundo, mas para fazer coisas por meio de expressões chamadas *performativas*, surgindo daí o famoso postulado ‘dizer é fazer’. Assim, o intuito de Austin (1962) foi demonstrar que a linguagem funciona como uma dimensão extra que passou despercebida tanto pelos filósofos quanto linguistas.

Tais estudiosos preocuparam-se com as funções proposicionais e semânticas da língua. Para a linguística, o destaque era a forma pela qual a língua codifica os significados em propriedades semânticas, como correções, ambiguidades, tautologia etc. Para a filosofia, o interesse estava nas condições de verdade ou falsidade das proposições e as relações lógicas entre tais proposições e critérios e verdade (FOLWER, 1986, p. 178).

O pesquisador concebeu três aspectos de atos de fala aos enunciados para dizer algo: *ato locutório*, *ato ilocutório* e *ato perlocutório*. O ato locutório é baseado no nível fonológico-sintático-semântico, constitui um conteúdo linguístico que situa os interlocutores, usado para dizer algo de acordo com as regras gramaticais aplicáveis e dotadas de sentido e referência, seja nas palavras e sentenças de uma língua específica.

Já o ato ilocutório é o ato central e atribui uma determinada força ao ato locutório, ou seja, é aquele que tem, como aspecto principal, a força performativa (força ilocucionária) que constitui o ato realizado. Vejamos o exemplo abaixo:

Figura 1 - Força performativa



Fonte: Burundarena (2003)

Ao dizer que “na segunda começo a dieta”, o proferimento do verbo “começar” constitui no próprio ato de prometer, ou seja, uma intenção, que não trata somente de uma descrição ou ato mental, mas de uma promessa que irá iniciar a dieta, isto é, a intenção de realizar tal ato.

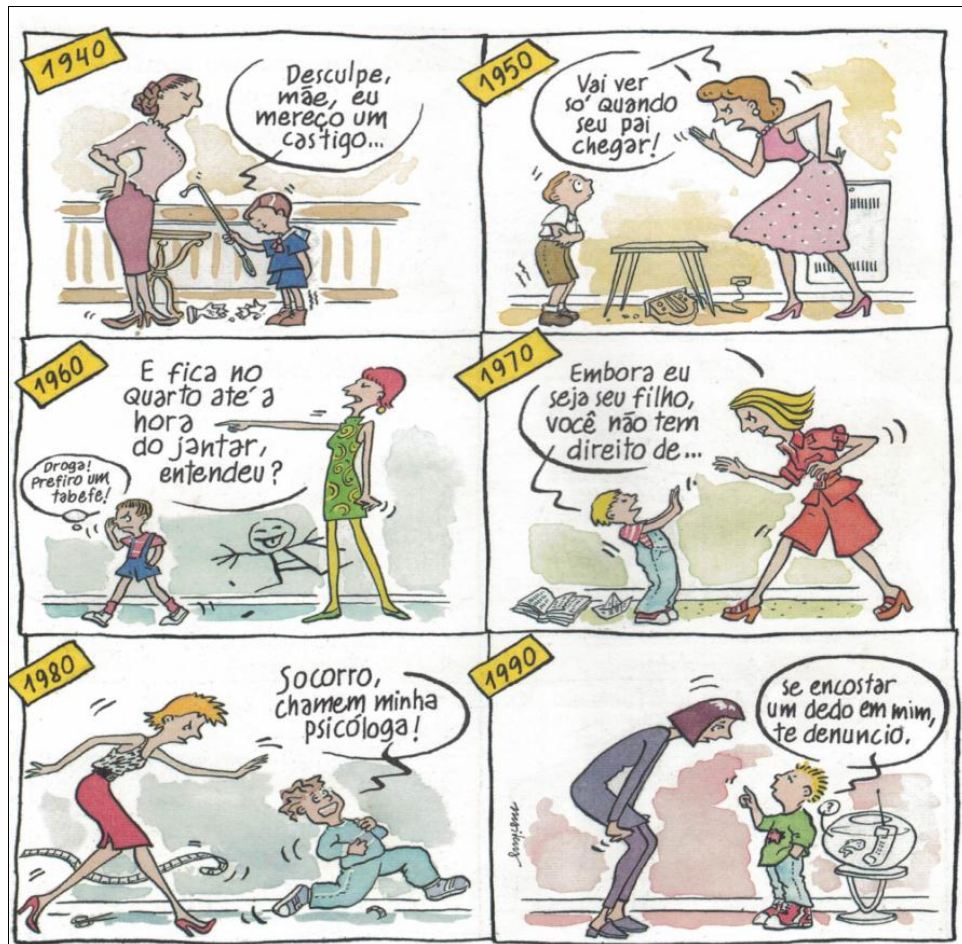
Já o ato perlocutório é o efeito que os dois primeiros exercem sobre o interlocutor e segundo Santos (2009, p.31) “para este ato, todo o enunciado carrega um conteúdo (força) que deverá produzir no interlocutor uma ação (efeito)”.

Em 1962, na 12ª e última conferência, Austin (1962) classificou e exemplificou provisoriamente cinco tipos gerais de forças ilocucionárias, sendo elas: *veredictivos*, *exercitivos*, *compromissivos ou comissivos*, *comportamentais* e *expositivos*. Isso revela a preocupação do pesquisador em explicitar os elementos característicos centrais de sua visão pragmática.

Não obstante, a língua(gem) também tem uma função pragmática, a dimensão performativa. Assim, de acordo com Austin, não falamos somente para comunicar proposições, sejam elas verdadeiras ou falsas, mas também para realizar ações. Desse modo, um ato de fala não está só para dizer alguma coisa, como também está para fazer o que diz. Conforme Searle (1969), este princípio performativo é compreendido em falas que contêm verbos performativos, como prometer, declarar, nomear, batizar, pedir, ordenar, garantir.

Para ilustrar, consideremos o seguinte cartum:

Figura 2 - "O filho, sua mãe e a surra, década a década", de Maitena Burundarena



Fonte: Burundarena (2003)

Podemos constatar a presença dos verbos performativos no primeiro quadrinho quando a criança se desculpa à mãe que merece uma punição pelo ato após quebrar o vaso. Já no segundo quadrinho, a mãe promete ao filho que o menino será punido pelo pai quando este chegar em casa. O terceiro quadrinho retrata uma ordem dada pela mãe ao filho. O quinto quadrinho enuncia um pedido do filho e o sexto quadrinho enuncia uma garantia de denúncia, caso a mãe venha a agredir (punir) seu filho.

Podemos verificar que, além dos atos de fala presentes no cartum, não há somente a possibilidade de se fazer algo, mas está se fazendo algo ao se dizer algo. Dessa maneira, o teste lógico quanto ao valor de verdade não se aplica a estes ca-

sos, a eficácia não está em saber se são verdadeiros ou falsos, mas se estão adequadamente formulados e que efeitos provocam nos interlocutores.

Austin (1962), a partir de uma visão performativa da linguagem, convida-nos a conceber a linguagem pelo uso que os falantes fazem dela e não somente pela sua estrutura. Portanto, os atos de fala não se baseiam somente em verbos performativos explícitos.

2.3 SEARLE

Dando continuidade aos trabalhos de Austin (1962), Searle (1969), seu discípulo e amigo, torna-se responsável por aprofundar aspectos importantes e mal desenvolvidos pela teoria de Austin. Ele introduziu vários conceitos que contribuíram para delimitação da teoria no âmbito pragmático.

De acordo com Santos (2009, p. 31-32), “Searle adverte, no entanto, que na relação concreta com o mundo real, os atos de fala se compõem de um ato de enunciação – enunciar – e um ato proposicional - o conteúdo informativo da proposição”. Como resultado, o ato de fala é a combinação da proposição p carregada de conteúdo semântico que se relaciona com os fatos do mundo, que pode ser verdadeiro ou falso e se aplica à força ilocutória (f) que pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$F(p) \tag{1}$$

Assim, Searle (1990) desenvolve a conexão entre os atos de fala com os estados mentais intencionais, assumidos como uma estrutura psicológica levada ao ato da enunciação e que se aplica ao conteúdo proposicional (SANTOS, 2009). Esta relação pode ser representada pela fórmula S - estado psicológico, tais como: desejos, crenças e p conteúdo proposicional.

$$S(p) \tag{2}$$

Sendo assim, a realização dos atos de fala demanda uma condição de sinceridade e uma condição de felicidade. Para Santos (2009), essas condições denotam uma determinada força que vai além de seus elementos linguísticos propriamente

ditos. Ao proferir felicitações, pêsames etc., realizamos uma intenção no instante da enunciação e, por conseguinte, esperamos que ela se cumpra, proporcionando a condição de felicidade, conforme o exemplo abaixo, no qual o casal troca juras de amor.

Figura 3 - Atos de Fala



Fonte: Burundarena (2003)

A teoria dos atos de fala de Austin (1962) diferencia atos de fala diretos e indiretos. Os diretos são aqueles que se realizam por meio de formas linguísticas, como, por exemplo, os tempos e os modos verbais. Já os atos indiretos são os que se interpretam (inferência), ou seja, a força ilocutória está no enunciado primário, em que o efeito é obtido da inferência.

Segundo Santos (2009, p.33), Austin (1962) reuniu cinco categorias de verbos performativos:

- I. Judicativas: emitir um veredicto-condenar, absolver, estimar, analisar, etc.
- II. Exercitativas: designar direitos ou deveres – ordenar, nomear, anular, proclamar, etc.
- III. Compromissivas: comprometer o falante – prometer, garantir, dar a palavra, defender, apoiar, jurar, etc.
- IV. Comportativas: atitudes e comportamentos sociais- agradecer, desculpas, lamentar, bendizer, etc.
- V. Expositivas: utilizam um expositor – exemplificar, arguir, supor, analisar, etc. (SANTOS, 2009, p.33).

De acordo com Castim (2017, p. 87-88), Searle (1969) adotou uma classificação própria para os atos performativos:

- I. Atos assertivos usados para representar fatos ou situações comprováveis no reconhecimento de um ato de fala. Cabe ao interlocutor apurar se a predicação lhe corresponde ou não.
- II. Atos diretivos dão ao interlocutor indicações de como proceder em cada situação e são diretivos por meio de atos expressos com frases imperativas ou interrogativas.
- III. Os atos compromissivos revelam o compromisso do enunciado a agir conforme o conteúdo proposicional da frase. O interlocutor o realiza por interesse ou dano, daí a distinção entre promessas e ameaças.
- IV. Os atos expressivos verbalizam felicitações, discursos e até mesmo condolências.
- V. Os atos declarativos são os quais se cria ou altera um estado das coisas no mundo.
- VI. Os atos interjetivos referem-se a atos de fala expressivos ou diretivos. (CASTIM, 2017, p. 87-88),

Um dos principais desafios da teoria dos atos de fala é defender a linguagem como objeto referencial. Em razão disso, Searle (1969) percebeu que nem tudo é tão definido e, em um caso em que um enunciado se realize de forma indireta, só se dá pelas inferências e implicaturas. Santos (2009) reforça que ato de fala é, ao mesmo tempo locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Ainda que não possam ter sua força ilocucionária explícita, todos os enunciados são performativos.

2.4 TEORIA INFERENCIAL DE GRICE

A pragmática moderna tem como precursor Herbert Paul Grice (1975), que postulou uma alternativa para que se pudesse preencher as lacunas deixadas pelo modelo semiótico. Esta abordagem tem como ponto de partida o processo comunicacional.

Grice (1975) expôs conferências sobre as leituras de William James em Harvard e descreveu que existiam mais evidências nas conversações do que eram reconhecidas até então pelos estudos filosóficos tradicionais. Segundo ele, estas evidências foram deixadas de lado pelos estudos da Filosofia da Linguagem. Para Grice (1975), a comunicação acontece por meio da interpretação e produção de evidências, ou seja, as pessoas dizem e implicam, esses fenômenos são de difícil tratamentos pelo modelo do código. Pois, o processo interpretativo não decorre integralmente da decodificação, mas precisa ser complementado por inferências.

Com isso, Silveira e Feltes (2017) afirmam que o modelo inferencial de Grice (1975) constitui o início do que até então era o processo comunicacional para uma nova abordagem. Segundo as autoras, existe um espaço entre a construção linguística do enunciado e sua compreensão pelo ouvinte.

Partindo dessa lógica, o enunciado constitui-se de uma parte codificada linguisticamente e outra parte implicada, que precisa ser decodificada por processos inferenciais. Desse modo, segundo Armengaud (2006, p. 88):

A implicatura não tem vínculo nem com os valores de verdade, nem com a forma linguística. Ela não é nem lógica no sentido escrito, nem linguística. É discursiva e contextual. Reside naquilo que é 'pensado' a partir, ao mesmo tempo, do que é dito da situação em que é dito, situação que não é a do falante apenas, mas a situação comum a dois (ou vários) interlocutores (ARMENGAUD, 2006 p. 88).

Foi com os estudos de Grice (1975) que Sperber e Wilson (1995; 2001) publicaram a Teoria da Relevância em 1986. Uma contribuição dos fenômenos culturais (conhecimento de mundo) como fundamental à comunicação humana. Por esse motivo, abordamos a seguir os estudos de Grice (1975), que contribuíram para o desenvolvimento da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (2001) e consistem no principal arcabouço teórico deste estudo, além dos estudos de Butler (1990).

2.4.1 Princípio da cooperação e máximas conversacionais

Para Grice (1975), em todo ato de comunicação deve existir um acordo prévio entre os falantes, mesmo que estes não se conheçam. Essa suposição de que o outro deseja cooperar durante o ato comunicativo acontece porque temos esse acordo implícito de colaborarmos nas conversas. Ao conversarmos, ancoramo-nos num acordo tácito para que o diálogo seja bem sucedido, que se configura em um propósito comunicativo comum ao qual Grice (1982) chamou de Princípio da Cooperação, a saber:

Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. (GRICE, 1982, p.86)

Segundo o teórico, nem todas as condições que governam a conversação estão explícitas e, para que a comunicação seja bem-sucedida, Grice (1975) parte do princípio cooperativo e desenvolveu quatro categorias conversacionais, inspirando-se em Kant, divididas em Máximas e Submáximas, mais específicas, como: Categorias de Quantidade, Qualidade, Relevância (Relação) e Maneira (Modo):

- ✓ Máxima da Quantidade: refere-se às contribuições, ou seja, a quantidade de informações a ser fornecida para seu interlocutor. Excesso de informações.
 - 1º submáxima: faça sua contribuição tão informativa quanto necessária pelo propósito de intercâmbio verbal.
 - 2º submáxima: não faça sua contribuição mais do que o necessário (requerido).
- ✓ Máxima de Qualidade: tente fazer a sua contribuição verdadeira de tudo.
 - 1º máxima: não diga o que acredita ser falso.
 - 2º máxima: não diga algo que você não tem prova suficiente.
- ✓ Máxima de Relevância: embora essa máxima seja muito concisa, para Grice (1967), sua formulação oculta vários problemas, como: quais focos de relevância podem existir e como se modificam no curso da conversação. Contudo, tais conceitos são estudados posteriormente por Sperber e Wilson (1995/2001), na Teoria da Relevância. Assim, a máxima está naquilo que é falado e é importante para aquele momento, portanto, seja relevante.
- ✓ Máxima de maneira (Modo): como o que é dito deve ser dito e tem como super máxima, “seja claro”, seja objetivo quanto ao conteúdo comunicado.
 - 1º máxima: evite obscuridade de expressão.
 - 2º máxima: evite ambiguidade.
 - 3º máxima: seja breve (evite prolixidade desnecessária).
 - 4º máxima: seja bem ordenado.

Conforme Santos (2009), as máximas conversacionais são responsáveis pelos efeitos conversacionais bem-sucedidos ou não, ao passo que o Princípio Cooperativo é um acordo tácito e racional de que estamos cooperando para que a conversa seja bem-sucedida. Nem sempre há plena obediência a esse acordo na comunicação real, pois nenhum indivíduo fala o tempo todo seguindo essas máximas. Basso e Oliveira (2014, p. 33) explicam que “abandonar explicitamente o princípio é dar pistas de que o falante está na verdade explorando esse princípio para que seu interlocutor possa fazer inferências”.

A resposta de Grice (1975) é que a comunicação humana, além de ser ostensiva é também inferencial. Que são baseadas no conteúdo dito e algumas suposições específicas que surgem a respeito da natureza cooperativa da intenção verbal comum.

De acordo com essa hipótese, quando abandonamos o princípio cooperativo, estamos tirando proveito dele de fato por acreditar que nosso intérprete seja capaz de fazer certos raciocínios. Nesse sentido, a contribuição conversacional deve ser relevante, a fim de que efetive uma relação entre os enunciados que vão sendo partilhados pelo locutor.

[...] ao aparentemente violarmos o princípio, nosso interlocutor entende que se trata de uma violação apenas aparente e busca maximizar a interpretação do que dissemos para os propósitos imediatos da conversação, tentando adivinhar por que o princípio foi aparentemente violado e assim ‘resgatar’ nossa cooperação interpretando além do significado da sentença, buscando chegar finalmente à implicatura, ou seja, àquilo que o falante quis dizer. (BASSO; OLIVEIRA, 2014, p. 32).

Portanto, chegamos a um dos pontos cruciais da teoria de Grice (1975), que é estabelecer a distinção entre o que é dito e o que é comunicado. O dito se estabelece como sendo basicamente o enunciado e suas propriedades linguísticas e o comunicado é o que se é transmitido pelo enunciado, sua implicatura.

Santos (2009, p. 38) salienta que “enquanto as inferências são universais, as implicaturas são culturais, ou seja, cada cultura, de acordo com suas crenças, desejos, valores, comportamentos e atitudes, podem fazer diferentes interpretações do mesmo fato do mundo”. E, ao significado implícito, Grice (1975) denominou de implicaturas conversacionais.

2.4.2 Implicaturas

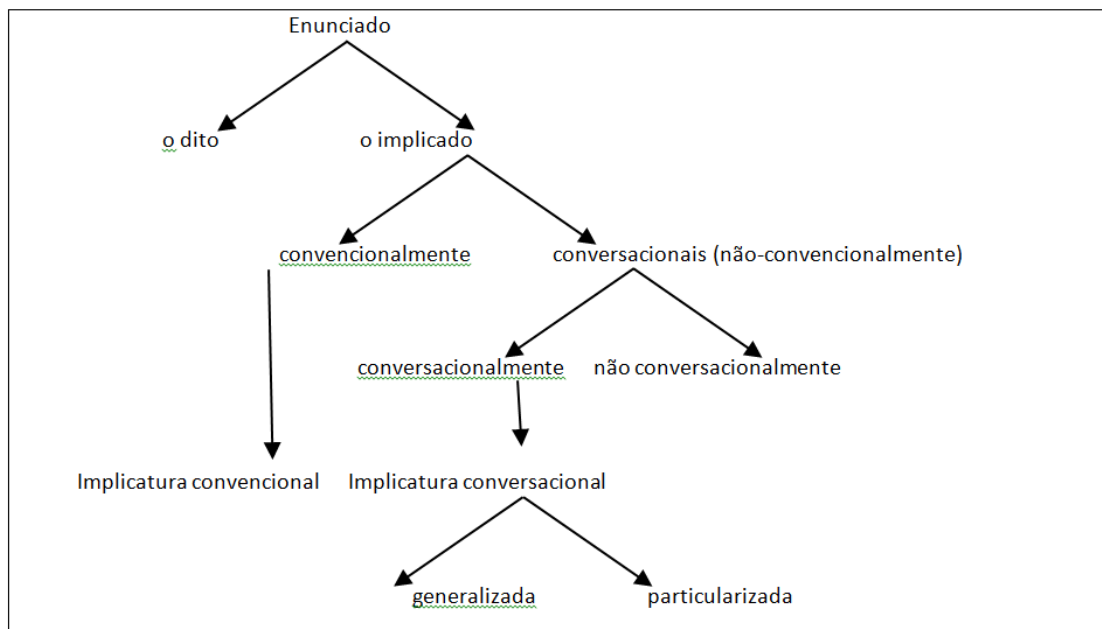
Com a Teoria das Implicaturas Conversacionais, Grice (1975) propõe estabelecer uma relação de implicação para (sub)entender significados em uma conversação quando uma máxima é ou não violada. Na perspectiva dele, o significado do falante não é totalmente atribuído ao significado convencional, pois, ao comunicar, o falante não está necessariamente atrelado ao “significado convencional” dos enunciados que ele utiliza.

Conforme Santos (2009, p.39), “essa relação de implicação de significado não é linguística e nem discursiva: é mental e contextual e, por isso, pragmática”. Dessa forma, o significado do falante precisa ser explorado por processos diferenciados de decodificação, que estão aquém da simples gramática ou da sintaxe.

A esse tipo de fenômeno, Grice (1975) chamou implicatura, que se distingue em dois tipos: as convencionais e as conversacionais (ou não convencionais). As implicaturas convencionais estão relacionadas ao significado denotativo (convencional) das palavras. A implicatura conversacional está ligada aos traços gerais do discurso, ao significado implícito e não dito, porém contido na comunicação por meio de inferências - lógicas, semânticas e pragmáticas. As inferências dependem do contexto que subsidiam o raciocínio pragmático que permite aos interlocutores comunicar-se verbalmente.

O seguinte esquema permite a sistematização da teoria de Grice (1975):

Figura 4 - Implicaturas Conversacionais de Grice



Fonte: Basso; Oliveira (2014)

Segundo Costa (2009), as implicaturas convencionais são:

- Presas à força convencional do significado das palavras;
- Reconhecidas pelo interlocutor mediante a sua intenção linguística. Não dependem de um trabalho de cálculo dedutivo. (COSTA, 2009, p 56.)

Para Costa (2009), as implicaturas conversacionais são:

Calculáveis ou dedutivas: a partir do significado convencional da enunciação e pelo trabalho de cálculo lógico de fundo conversacional;

- Canceláveis: uma implicatura pode ser cancelada já que é possível escolher não seguir o princípio cooperativo. Além disso, se cancelada não leva a contradições, pois o que é implícito não precisa ser o que é dito.
- Não-separáveis: essa propriedade sempre ocorre independente da expressão utilizada, são calculadas e o que é dito e o contexto entrelaçam-se, não dependendo, portanto, do modo da expressão. Essa implicatura permanecerá desde que o princípio e suas máximas, não sejam separadas da enunciação.
- Indetermináveis: não são veiculadas, o que é implícito sempre é vago aqui, espera-se que a máxima de relevância descarte alguns possíveis subentendidos, neste caso a metáfora parece ser um exemplo bem evidente.
- Externas ao sentido do enunciado, não convencionais: essa propriedade diferencia as implicaturas conversacionais e convencionais, Grice até admite que uma implicatura possa se tornar outra, mas, em princípio, não faz da força convencional das palavras do enunciado.
- Não deter pelo dito, mas pelo dizer e dito: é caracterizado como condição de verdade independente se o dito é verdadeiro e o implicado falso. (COSTA, 2009, p 56.)

2.4.2.1 Implicaturas Conversacionais generalizadas e particularizadas

De acordo com a teoria griceana, as implicaturas conversacionais generalizadas são aquelas que não dependem de um contexto específico. Para subentender o que se quer dizer abertamente basta o falante recorrer a um conhecimento específico sobre as coisas no mundo. De acordo com Basso e Oliveira (2014), esse tipo de implicatura permite refletir sobre os limites entre semântica, pragmática e sintaxe. Desse modo, a implicatura conversacional generalizada caracteriza-se por um processo mental, mesmo que dependa de conhecimentos, valores, crenças, permite grandes efeitos de processamento do significado aos interlocutores, uma vez que tudo se entrelaça com o contexto do enunciado (Santos, 2009).

Diferentemente das implicaturas generalizadas, as implicaturas particularizadas exigem contextos muito específicos, nos quais os interlocutores também fazem inferências específicas em consonância com os contextos. (SANTOS, 2009).

2.4.2.2 Implicatura Convencional

Segundo a teoria de Grice, esta implicatura está presa à força convencional do significado das palavras, tem como suporte a língua, ou seja, ao léxico reconhecido pelo interlocutor mediante seu conhecimento linguístico. Santos (2009) explica que a implicatura convencional não contribui com as condições de verdade, pois elas são associadas às palavras específicas que acontecem com a geração de significados adicionais.

Cabe ressaltar que Grice (1975) reconhece que há uma barreira entre as implicaturas conversacionais generalizadas e as implicaturas convencionais, embora seja bastante tênue. Sendo assim, se um interlocutor obedece ao Princípio Cooperativo, ele não estaria violando nenhuma das máximas, ou seja, a comunicação é perfeita por não apresentar falhas, já que não há uma definição precisa.

Além disso, Oliveira (2016) aponta as principais diferenças entre os dois tipos de implicaturas. Ao passo que a implicatura convencional é desencadeada por uma palavra dentro da sentença, a conversacional é inferida pelos seus interlocutores a partir do que é dito pelas regras do diálogo. As conversacionais não separáveis, é possível separá-las do que é dito e comunicado.

Portanto, para Santos (2009), implicatura convencional é o significado semântico contido em palavras e/ou expressões em um contexto comunicativo a partir de um conjunto mental de convenções, crenças, estereótipos, entre outros. Assim, podemos notar que as implicaturas conversacionais não possuem as mesmas propriedades e a figura abaixo sintetiza os dois tipos de implicaturas.

Figura 5 - Distinção entre implicaturas convencionais e conversacionais

Implicatura	É independentemente do valor de verdade na sentença	É separável do que é dito	É cancelável	É inferida do dito e das máximas
Conversacional	Sim	Não	Sim	Sim
Convencional	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: Oliveira (2016)

2.4.2.3 Violação das máximas

Em um ato comunicativo, nem sempre as máximas são cumpridas, porque há situações em que o conteúdo informativo parece carregar menos informação. Disso surge um problema, pois as máximas não são prescritivas. De acordo com Levinson (2007), ao invés de pensar as máximas enquanto regras ou normas comportamentais, é útil pensar nelas como heurística inferencial, o que então motiva às normas comportamentais.

Quando as máximas não são cumpridas, expõem-se intenções por meio das implicaturas conversacionais. A este fato, dizemos que houve violação (ou quebra)

das máximas conversacionais, e acontece quando uma máxima é vedada para que a outra não o seja.

A violação na máxima de quantidade pode acontecer pela falta de alguma informação, vejamos o exemplo:

Figura 6 - Falta de informação



Fonte: Burundarena (2003)

Um caso típico de violação da máxima de quantidade são as tautologias, ou seja, representa uma violação voluntária. Neste exemplo, podemos inferir imagem acima apresenta uma afirmação redundante, isso implica dizer que, mesmo magra, a mulher sente-se acima do peso, o que é um comportamento comum entre muitas mulheres.

O segundo caso de violação da máxima de quantidade ocorre por excesso de informação, conforme exemplifica Grice (1975) *apud* Santos (2009) com a famosa carta de recomendação de um aluno, candidato à vaga de professor de filosofia, solicitada por um colega: "Caro professor, o candidato X participa assiduamente das aulas, executa todas as tarefas e fala bem inglês. Sem mais". Neste caso, a carta é mais informativa do que requerido para que possa implicar que X não tem nenhum talento filosófico.

Neste caso, a violação da máxima de quantidade acontece por vários fatores, um deles é a ironia.

Figura 7 - Ironia (um escândalo de mau gosto)



Fonte: Burundarena (2003)

A ironia consiste em A e B discutirem a relação afetiva entre uma mulher mais velha com um homem mais novo. Se um homem mais velho tem uma relação com uma menina de vinte, ele é considerado um “gostosão”, ao contrário de uma mulher mais velha, para a qual é considerado “um escândalo de mau gosto”, conforme Burundarena (2003, p. 23) intitula a charge. Contudo, o próprio Grice (1975) observa que, muitas vezes, é possível misturar metáfora com ironia, neste caso é cabível o enunciado a seguir:

Figura 8 - Como é fácil ser mulher



Fonte: Burundarena (2003)

Os recursos como eufemismo e disfemismo podem ser considerados fatores de violação da máxima de qualidade, conforme o exemplo:

Figura 9 - violação da máxima da qualidade



Fonte: Burundarena (2003)

Nessa cena, o eufemismo consiste em (B) ressaltar que mesmo sem atrativos ela se abaixou por ele, mesmo ele exagerando ao enunciar que uma mulher bonita não pode estar ao lado de um homem “feio”. Já na charge abaixo, o enunciado de (A) projeta o exagero e (B), embora não acredite no que diz, desperta o humor no leitor.

Figura 10 - Hipérbole



Fonte: Burundarena (2003)

De acordo com Santos (2009), a pessoa que conta piada não assume responsabilidades por seus enunciados e com a veracidade do que diz. Na imagem a seguir, o anúncio do filho sobre 26 amigos que virão dormir em casa provoca na mãe uma reação de espanto, uma vez que interagir com 26 adolescentes é um desafio sobre-humano.

Figura 11 - Piada



Fonte: Burundarena (2003)

A violação da máxima de relevância pode ser observada na figura 12, uma vez que o que o falante diz não tem nenhuma relação com o assunto em questão.

Figura 12 - Quebra voluntária da máxima



Fonte: Burundarena (2003)

Nesse contexto, podemos notar que (B) está quebrando a máxima de relevância ao provocar o confronto com seu esposo quando insinua que ele deveria usar um chapéu (A).

Já a violação da máxima de maneira (Modo) consiste na quebra da supermáxima: "Seja Claro". Para Costa (2008), o enunciador pode excluir o outro da conver-

sa. Assim, o locutor parte do princípio que seu interlocutor será capaz de inferir a implicatura, enquanto o terceiro não possuirá a mesma capacidade, como o exemplo a seguir:

(1) Um homem conversa com sua esposa enquanto a filha pequena brinca ao lado.

(A) – Estou pensando em sair para arranjar uma coisinha gelada e gostosa para alguém.

No enunciado acima, (A) está sendo propositalmente obscuro para falar de algo que não quer que sua filha saiba. Quando uma máxima é violada, o interlocutor não para de buscar viáveis hipóteses interpretativas.

2.4.2.4 Modelo Ostensivo-Inferencial

A Teoria Conversacional proposta por Grice no texto “Lógica e Conversação” em 1975, fundamenta-se na ideia de que durante o ato comunicativo processamos aquilo que o locutor diz e o que faz ao dizer. Para Grice (1975), a comunicação não se caracteriza por observações desconexas, parte de um propósito comum, ou de um conjunto de propósitos, rumo a uma mútua aceitação pelos interlocutores.

Essas aceitações acontecem por meio de contribuições, nas quais os interlocutores, ao proferirem um enunciado, evidenciam pistas acerca de suas intenções comunicativas. O ouvinte deve reconhecer essas pistas e inferir o que o falante quis dizer a partir dos dados partilhados pelo contexto.

De acordo com Grice (1975), a comunicação é ostensivo-inferencial. Ostensiva, pois os falantes produzem pistas sobre o que pretendem comunicar e inferencial a partir das pistas fornecidas aos ouvintes. Estes devem inferir os significados que lhes são proporcionados com o auxílio de informações cedidas pelo contexto que envolve a situação comunicativa.

Porém, nem toda atividade comunicativa é suficientemente clara para evidenciar seu propósito comunicativo, tais condições dão à comunicação um caráter de risco, uma vez que o ouvinte pode não reconhecer informações suficientes para ajudá-lo a inferir o significado do que lhe foi dito a partir do contexto. Grice (1975) sugere que as contribuições conversacionais devem ocorrer da forma como são requeri-

das no momento em que ocorrem. A partir desse propósito, o intercâmbio conversacional compactua com o diálogo.

Grice (1975) propôs um dos pilares da Pragmática, já que sua teoria está ancorada na análise linguística, desse modo não se dedicou a buscar outros resultados. Entretanto, o autor mostra que o locutor tende sempre a formular uma hipótese interpretativa, que nem sempre irá corresponder com o que é intencionado pelo seu interlocutor.

Segundo Sperber e Wilson (2001), a principal crítica aos estudos de Grice (1975) é a distinção da caracterização das implicaturas, pois ele não considera o enriquecimento da forma lógica e supõe que qualquer interpretação de enunciados se trata de uma implicatura.

Conforme os autores:

Grice diz muito pouco como são comunicadas as atitudes proposicionais, e não está claro aquilo que ele aqui consideraria como 'explícito' e aquilo que seria 'explícito'. Ele não tem qualquer noção dos graus de explicitação. Falando de modo geral, vemos o lado explícito da comunicação como mais rico, mais inferencial e por isso mais digno de investigação pragmática do que fazem a maior parte dos pragmaticistas da tradição de Grice. (SPERBER; WILSON, 2001, p.276).

Em suma, o modelo de inferência de Grice (1975) constituiu um ponto de partida para uma nova abordagem do processo comunicativo. No capítulo seguinte, reconhecendo os méritos de Grice (1975), Sperber e Wilson (1995) elaboram em *Relevância: Comunicação e Cognição* um modelo teórico que concentra seus estudos essencialmente na Relevância, um aspecto básico da cognição, caracterizando um modelo de mente argumentativo-interativo.

2.5 TEORIA DA RELEVÂNCIA

Antropólogo e psicólogo cognitivista, o francês Dan Sperber, em conjunto com a linguista inglesa Deirdre Wilson, sistematizou a Teoria da Relevância (doravante TR) na obra *Relevance: communication and cognition* (1986/1995). Uma teoria pragmática-cognitiva que acolheu as contribuições da Psicologia Cognitiva aos aspectos pragmáticos para a elaboração do modelo de comunicação cognitivo-inferencial.

Sperber e Wilson (2001) discordavam de Grice (1975) que afirmava que existiam todas as máximas conversacionais. Desse modo, os teóricos partem somente de uma delas a Máxima da Relação (ou Relevância) a partir do modelo inferencial proposto para explicar o processo de comunicação, no qual o Grice (1975) constatava a existência de uma lacuna entre o dito e o comunicado, porém foi pouco explorado pelo teórico.

Esses estudos contribuíram para que Sperber e Wilson (1995) e para que outras pesquisas pragmáticas relacionassem a relevância e o processo inferencial associado ao papel do contexto. Grice (1975) foi o primeiro a elaborar o conceito de implicaturas e a considerar alguns fenômenos da comunicação humana, tais como ironia, metáforas e ambiguidades que, todavia, não eram explorados pela teoria do modelo semiótico ou como é mais conhecida teoria do código.

Grice (1975) não se preocupou em explorar a noção de relevância e a noção de implícito. Mesmo assim, foi forçado a distinguir entre o dito e o comunicado, relevância que o teórico atribuiu às intenções dos interlocutores bem como lembram Sperber e Wilson (1995):

De um ponto de vista psicológico, a descrição da comunicação nos termos de intenções e de inferências também faz bom sentido. A atribuição de intenções a outros é um traço característico da cognição e das interações dos seres humanos. [...] A interação humana é em grande parte determinada pela conceptualização do comportamento em termos intencionais e não físicos. A ideia de que a comunicação explora esta capacidade que os seres humanos têm de atribuírem intenções uns aos outros deveria ser bastante inteligível, e até mesmo atraente, aos psicólogos cognitivistas e sociais. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 57).

De acordo com Santos (2009), as intenções são representações de acontecimentos reais ou imaginários de estados no mundo, estes são formados na mente sobre fatos ou suposições factuais que são manifestadas no ambiente cognitivo.

Portanto, a TR propõe um modelo ostensivo-inferencial de comunicação, a partir dos estudos da cognição e conceitos extraídos da lógica para explicar como são geradas as inferências durante o processo comunicativo. Desse modo, é por meio do comportamento ostensivo do falante até a descrição dos processos inferenciais tomados pelo ouvinte para recuperar que as intenções do locutor se originam, isto é, no ato comunicativo.

2.5.1 Especificidades Teóricas da Teoria da Relevância

A teoria de Sperber e Wilson (1985) baseia-se no “princípio comunicativo de relevância”, segundo o qual há uma presunção de relevância para o ato de comunicação ostensiva, assim nem obedece e nem viola as normas comunicativas. Diferente da teoria de Grice (1975), para quem a relevância era apenas umas das máximas conversacionais, a TR traz consigo o conceito de processo inferencial, na qual o falante deve concentrar sua atenção aos fenômenos que são relevantes para ele no ato comunicativo.

O conceito de relevância consiste numa propriedade psicológica que faz com que as informações aconteçam em termos de efeito e esforço cognitivo de processamento, dessa forma o ouvinte modifica e reorganiza as suposições disponíveis. O esforço cognitivo pode fortalecer e, ao mesmo tempo, contradizer evidências ou suposições existentes para calcular implicações contextuais (SANTOS, 2009).

Nesse sentido, uma comunicação espontânea representada pelo “Princípio Cognitivo de Relevância” é aquela que causa maior efeito e exige o menor esforço de processamento. Nesse processo, o locutor tende a ter expectativas ótimas de relevância, enquanto o ouvinte se propõe a encontrar uma interpretação que satisfaça essa expectativa de relevância ótima.

Para Santos (2009, p.65), uma elocução é otimamente relevante se, e apenas se, é relevante para valer a pena ser processada, já que “é a mais relevante compatível com as capacidades e as preferências do falante”.

Desse modo, o modelo teórico passa a ocorrer da seguinte maneira: o ouvinte segue em direção ao esforço mínimo e tem como posse o significado linguístico codificado, o qual enriquecerá ao nível explicitado para completá-lo ao nível implícito a fim de que a interpretação resulte em sua expectativa de relevância. Sperber e Wilson (2001) concebem a TR como uma nova abordagem pragmática que tenta responder não só questões filosóficas que se relacionam com a comunicação, mas também as questões filosóficas que dizem respeito ao processo de interpretação.

Contudo, o principal problema nessa proposta está em identificar quando começa e quando termina todo o processo inferencial. Conforme Santos (2006, p. 66) descreve, “cada indivíduo tende a ser altamente idiossincrático porque as diferenças que existem na história de vida de cada pessoa levam necessariamente a diferenças que existem nas informações armazenadas em suas memórias”.

Para Sperber e Wilson (2001), a comunicação inferencial envolve a aplicação de regras inferenciais com finalidades gerais que se aplicam a quaisquer informações representadas conceitualmente. Por sua vez, a comunicação verbal envolve em primeiro lugar uma descrição linguística que projeta um leque de representações semânticas para cada um dos significados enunciados. Esse esquema de representações lacunar passa a ser completado por suposições sobre a intenção informativa do falante.

Segundo os autores, o conceito de relevância como uma propriedade psicológica dos processos mentais e também como uma característica geral da comunicação humana não pode ser dissociada da comunicação. Assim, o Princípio da Relevância é considerado universal para Sperber e Wilson (1995).

2.5.2 Comunicação ostensivo-inferencial

Para os pragmaticistas, diante dos estudos de Grice (1975), o modelo de comunicação humana ostensiva inferencial proposto por Sperber e Wilson (2001) e os conceitos de linguagem e comunicação, linguagem consistem em um conjunto de fórmulas bem estruturadas e semanticamente interpretadas, instrumento essencial para o processo de memorização de informações. Ou seja, a linguagem é um atributo necessário para o mecanismo de comunicação humana.

A intenção dos autores foi diferenciar a teoria do código e a teoria do modelo inferencial de Grice (1975). Assim, para que uma comunicação ostensiva ocorra e a decodificação aconteça, é necessário resgatar os mecanismos comunicativos para gerar capacidades inferenciais. Sperber e Wilson (2001, p. 41) destacam que “o processo inferencial começa a partir de um conjunto de premissas que resultam num conjunto de conclusões que seguem logicamente das premissas ou que são pelo menos legitimadas por elas”. Em face disso, a comunicação acontece em duas etapas - por ostensão e por inferência, ou seja, pela codificação e “decodificação” linguística dos enunciados.

Dois mecanismos capazes de se comunicarem um com o outro devem também ser capazes de representar internamente a informação comunicada, e devem, portanto, ter uma linguagem interna. No caso da comunicação ostensivo-inferencial, essa linguagem interna deve ser rica o suficiente para representar as intenções de outros organismos e para permitir processos inferenciais complexos. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 263).

Entretanto, os autores ressaltam que a comunicação intencional humana vai além da codificação e decodificação linguística. Essas representações semânticas linguísticas são formadas por estruturas formais abstratas e que precisam ser preenchidas por inferências, desse modo:

[...] processo inferencial que funciona simultaneamente como um processo de decodificação. Contudo, para que isso seja possível, têm que ser preenchidas várias condições: primeiro, a pessoa falante e o ouvinte têm de partilhar a premissa tácita; segundo, têm de partilhar a regra inferencial; terceiro, têm de utilizar essa premissa e essa regra com a exclusão de qualquer outra premissa tácita ou regra inferencial à sua disposição. De outro modo, o sinal não será devidamente decodificado. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 44).

Nesse processo, estão envolvidos dois elementos - falante e ouvinte. De acordo com Sperber e Wilson (2001) o falante tem o poder de modificar o ambiente cognitivo do ouvinte, de tal sorte que o ouvinte possa desenvolver pensamentos semelhantes às representações do falante. Ademais, para que haja uma comunicação, é necessário que a intenção seja explícita e reconhecida pelos interlocutores.

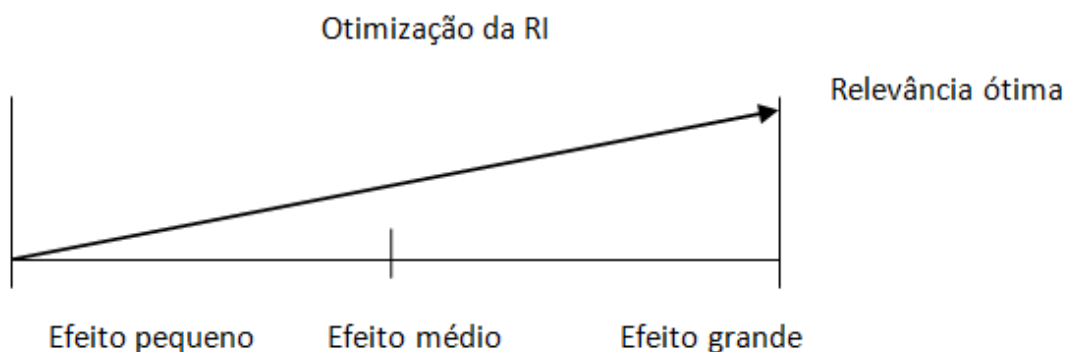
Sperber e Wilson (1995-2001), da mesma forma que Grice (1975), colocaram no centro de sua teoria a noção de intenção. Desse modo, todo o processo ostensivo aponta para uma intenção, isto é, para a relevância e para o processo inferencial que tem como objetivo final o reconhecimento dessa intenção. De forma geral, a comunicação concentra-se num “jogo de intenções”, o falante cria estímulos ostensivos e cabe ao ouvinte reconhecer o que o falante deseja, informar que leva o ouvinte a gerar inferências que o ajudem nesta descoberta. Segundo a TR, esse propósito por parte do falante segue um caminho duplo que pode ser descrito como uma intenção informativa e comunicativa. De tal modo, o enunciado serve como um estímulo-sensório-perceptual, constitui-se numa ostensão da intenção informativa do falante, podendo ou não despertar interesse dos ouvintes a ele exposta. Da mesma forma, para Santos (2009):

A comunicação inferencial e a ostensão são exatamente um único e mesmo processo, as visto de dois pontos distintos: o do falante, que está envolvido na ostensão e o do ouvinte que está envolvido na inferência. A comunicação ostensiva-inferencial consiste em tornar manifesto a um ouvinte a intenção de se tornar manifesto um nível básico de informações. (SANTOS, 2009, p. 80).

Assim, os fenômenos se apresentam de forma manifesta ao ouvinte, ou seja,

atrai a sua atenção por meio de uma ostensão, que pode gerar suposições inferenciais ao nível conceitual. Os autores propõem como intenção informativa, ou seja, de tornar manifesto, ou mais manifesto, um conjunto de hipóteses e a intenção comunicativa de tornar mutualmente manifesta ao ouvinte (SPERBER; WILSON, 2001). Santos (2017) ilustra como acontece o processamento da relevância informativa:

Figura 13 - O processamento mental de enunciados linguísticos.



Fonte: Santos (2017)

Essas intenções ocorrem simultaneamente por meio do reconhecimento mútuo dos interlocutores, ou seja, pela *manifestabilidade mútua*. Para os teóricos, um estímulo manifesto necessita “satisfazer duas condições: primeiro de atrair a atenção dos receptores; segundo, a de fazer incidir sobre as intenções da pessoa que comunica.” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 236). Mais precisamente, o processo comunicativo é ostensivo porque aquele que emite um enunciado tem o intuito de chamar a atenção para a relevância do que quer informar. Isto é, uma intenção comunicativa e uma intenção informativa, a partilha dos dados explícitos para serem inferidas.

É justamente essa interação entre conteúdo explícito e implícito que a TR caracteriza como conceito de relevância. A ostensão é a otimização da relevância da parte do falante, a ponto de o ouvinte pressupor que o primeiro conta com essa expectativa de relevância.

Os autores reformulam a aplicação do conceito de relevância a partir de dois princípios: no primeiro, a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância; o segundo é que, para cada ato de comunicação ostensiva, comunica uma presunção de sua própria relevância ótima. (SPERBER; WILSON, 2001).

Ao se dirigir a outro indivíduo, de acordo com o Princípio Comunicativo de Relevância, o falante cria expectativas no ouvinte que desencadeiam na mente deste um processo inferencial. O ato de comunicação ostensiva descreve, porém não normatiza que exista um conteúdo determinado de comunicação ostensiva, mas tal ato desencadeia uma espécie de garantia que propõe ao ouvinte que esse ato de comunicação é relevante. Portanto, há uma presunção de relevância ótima que é informada por todo ato de comunicação ostensiva.

Por meio da presunção de relevância ótima, o princípio de relevância ou princípio comunicativo é aplicado à comunicação ostensivo-inferencial. Deste modo, há uma garantia que o falante concede ao ouvinte informações ao propor a atenção e se realmente compensa ao ouvinte processar sua enunciação, ou seja, se é de interesse entregar-se ao esforço de processamento dos estímulos emitidos pelo falante. Destarte, a presunção de relevância ótima terá sua eficiência tanto na comunicação quanto na recepção.

Para Sperber e Wilson (2001), os estímulos podem ser calculados se estão disponíveis e aceitáveis. Então, o ouvinte pode optar por um estímulo ostensivo que lhe seja o mais relevante e compatível com as preferências do locutor, aquele que irá produzir o maior efeito no ouvinte, exigindo o menor esforço de processamento.

2.5.3 Manifestabilidade mútua

De acordo com Sperber e Wilson (2001), o estímulo é apenas um conceito classificatório. Quando definido pelo como comparativo, pressupõe-se que, em termos e condições necessárias, é suficiente esse conceito e deve ser bem definido de forma relativizada.

A partir de diversos fenômenos, as capacidades cognitivas conceituais de um indivíduo atraem sua atenção ao que denominam Sperber e Wilson (2001) como *manifestabilidade*. Esse fenômeno é percebido e inferido e tem a capacidade de atrair a atenção do ouvinte e este pode construir uma representação mental. A tal conceito definiram como fato *manifesto* e, ao conjunto desses fatos, definiram como ambiente cognitivo. Conforme os autores:

Um fato é *manifesto* para um indivíduo em um determinado momento somente se este indivíduo é capaz neste momento de o representar mentalmente e de aceitar sua representação como verdadeira ou provavelmente

verdadeira. Um *ambiente cognitivo* de um indivíduo é um conjunto de fatos que lhe são manifestos. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 79, grifos do autor).

Nesse sentido, a *manifestabilidade mútua* representa todas suposições manifestas no ambiente cognitivo que são partilhadas pelos os interlocutores. Toda a suposição manifesta no ambiente cognitivo mútuo é, portanto, mutuamente manifesta. Sperber e Wilson (2001) consideram o estímulo como um *input* para o processo comunicativo, que se apresenta como manifesto quando o enunciado é decodificado, seja por percepção, seja por inferências.

Segundo Romão (2008), os autores se valem de uma metáfora em que os fenômenos visíveis são para a visão e os fatos manifestos para a cognição conceitual. Assim, a manifestabilidade é o propulsor para as representações mentais. Sperber e Wilson (2001) propõem a substituição da noção de conhecimento mútuo pela noção de ambiente cognitivo mútuo, que passa a ser simplesmente um conjunto de suposições em que o indivíduo tende a representar mentalmente e aceitar como verdadeiro as suposições que são partilhadas.

Ainda sobre o assunto, os autores defendem “que quando se comunica, a nossa intenção é a de alterar o ambiente cognitivo daqueles a quem nos dirigimos; mas com certeza que se espera, como resultado, que os processos reais do pensamento deles sejam afetados” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 89). Os teóricos propõem que os ambientes cognitivos mútuos fornecem todas as informações necessárias para a comunicação e para compreensão diretamente. Além disso, sugerem a substituição da noção de conhecimento compartilhado pela noção de fato mutuamente manifesto. Pois, para os autores, manifesto é ser perceptível ou podendo ser inferido.

Tudo o que indivíduo assimilar e até mesmo o que já assimilou, é armazenado em uma espécie de estoque mental que contém todo o conhecimento que já adquiriu. O que será capaz de apreender e o que irá constituir em seu *ambiente cognitivo* total assim, definem como:

O ambiente cognitivo total de um indivíduo é o conjunto de todos os fatos que ele pode perceber ou inferir, ou seja, de todos os fatos que lhe são manifestos. O ambiente cognitivo total é a função de seu ambiente físico e de suas capacidades cognitivas. É constituído não só por todos os fatores de que ele tem consciência, mas também por todos os fatores de que ele tem a capacidade de vir a tornar consciente no seu ambiente físico. (SPERBER; WILSON, 2001, p. 80).

Todavia, vale ressaltar que esse conjunto de fatos não é igual para cada indivíduo, devido às capacidades individuais e ou os ambientes na qual ele as adquiriu. Sabemos também que os falantes no ato comunicativo não utilizam todo o seu ambiente cognitivo, eles fazem uso de um subconjunto, ou seja, um recorte deste conjunto que é selecionado durante a enunciação. Unindo os conceitos de representação mental e ostensão, os teóricos explicam que um fato só é manifesto se for passível de inferência, isto é, após sua apreensão o indivíduo constrói sua representação mental.

2.5.4 Contexto

Chegamos agora a um novo conceito para o ambiente cognitivo mútuo, com uma nova definição de “*contexto*”, já que para as teorias pragmáticas anteriores o contexto era concebido como pré-existente. É por meio das hipóteses advindas do ambiente cognitivo mútuo que o contexto vai se construindo concomitantemente ao processo interpretativo. Porém, conceituar contexto não é tão simples assim para os pragmaticistas. Veremos a seguir as contribuições de alguns autores contemporâneos sobre como podemos entender o amplo conceito de contexto, em parte.

Tanto para a filosofia da linguagem quanto à linguística, o conceito de contexto nunca recebeu a devida atenção. Contudo, com o avanço dos estudos pragmáticos, o contexto passa a ser considerado relevante para os estudos da linguagem, em especial no que diz respeito à interpretação tão fundamental para os estudos e análises pragmáticas.

Nos estudos semânticos, o contexto pode ser conceituado como o significado de uma sentença, ao passo que para a pragmática constitui-se no significado de uma sentença mais o contexto. Sperber e Wilson (1995) entendem que o “contexto faz muito mais do que extrair as interpretações não apropriadas: é ele que fornece premissas sem as quais a implicatura não pode ser de modo algum inferida”. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 76). Para os autores, contexto faz o significado acontecer. Sendo assim, a semântica trata contexto e sentença como não correlacionado propositalmente. Neste caso, segundo Santos (2009), a sentença não terá nenhum valor significativo de verdade partilhada entre si, portanto, uma sentença não terá valor de verdade e nem será verdadeira nem falsa, considerada desse modo sem sentido.

Em geral, para a pragmática, o contexto corrobora num plano geral, com o conteúdo proposicional da sentença que corresponde a uma intenção comunicativa e informativa durante a interação verbal. Segundo Santos (2013), a pragmática entende o contexto como um conjunto de elementos, mais ou menos fixos e circunstanciais, que permeiam os participantes de uma interação verbal. A principal dificuldade é saber onde ele começa e onde acaba.

Os estudos de Sperber e Wilson (2001) sobre a comunicação e, principalmente, da TR, os autores tratam da linguagem verbal como um conceito psicológico de relevância. Conforme a TR, cada nova experiência acrescenta algum conhecimento, pois o contexto utilizado na interpretação conversacional contém informações já contidas em contextos anteriores.

Para os estudos pragmáticos, contexto não é simples, embora seja uma abstração, ele também possui a propriedade de arraigar informações circunstanciais e tem o poder de agregar elementos constituintes da interação conversacional, tais como intenções e desejos. Para Santos (2013), o contexto:

[...] é o ponto de encontro da linguagem humana com elementos circundantes à conversação, tais como sons, imagens, cheiros, sabores, sensações, emoções e lugares, que somados aos saberes e crenças sociais e culturais dos interlocutores, comanda os movimentos, conversacionais e possibilita a interpretação humana. (SANTOS, 2013, p. 707)

Portanto, para a TR, o contexto se faz indispensável para a investigação dos usos da linguagem humana, já que por meio dele é possível ultrapassar os limites semânticos e pragmáticos das convenções sociais e culturais (SANTOS, 2013, p. 708). Assim, a partir de um julgamento comparativo de relevância, o ouvinte construirá um contexto muito mais produtivo. Esses e outros estímulos citados acima não serão determinados por um conjunto de suposições de acordo com o que lhes tem despertado.

Se considerarmos o contexto como parte de contextos potenciais que são resgatados na memória, é evidente que essa escolha não é aleatória, mas pressupõe um procedimento lógico. Considerando um enunciado, o indivíduo resgata em sua memória hipóteses que para ele são as mais relevantes. Essas hipóteses são oriundas e mutuamente manifestas do ambiente cognitivo que permite que os indivíduos tenham uma noção do ambiente cognitivo mútuo o mais semelhante possível. O fato de que aquilo que irá conduzir a seleção dessas hipóteses é o Princípio de

Relevância, que por sua vez seleciona as hipóteses mais viáveis que construirá o contexto. Frente à presunção de relevância ótima, o ouvinte é capaz de restringir o que será selecionado e interpretado. Do mesmo modo, Sperber e Wilson (2001, p. 127) explicam como acontece a relação entre hipóteses contextuais e esquemas cognitivos:

Suponhamos que exista um armazenamento básico de memórias com a seguinte propriedade: qualquer representação nela armazenada é tratada pela mente como uma descrição verdadeira do mundo real, de fato. O que significa é que uma atitude proposicional fundamental de crença ou suposição está pré-instalada com algo como se de fios se tratasse na própria arquitetura da mente. Resultado: uma representação pode ser tratada como se fosse uma suposição sem o fato de ela ser uma suposição a ser expressa explicitamente. Às tais suposições básicas que são tratadas como descrições verdadeiras do mundo, mas que não se encontram explicitamente representadas como tais, chamaremos de suposições factuais (SPERBER; WILSON, 2001, p. 127).

A partir do enunciado se cria se um conceito inicial, em que o ouvinte seleciona várias hipóteses contextuais pelo ambiente cognitivo que irá construir o ambiente cognitivo mútuo dele e do falante, o qual intencionou essa interpretação. Não obstante, as suposições factuais têm sua base no contexto inicial, que podem ser acessadas no ambiente cognitivo mútuo dos interlocutores, gradualmente gerada no processo de inferência.

Dessa forma, as intenções são assimiladas na medida em que o ouvinte passa pela interpretação das hipóteses para gradualmente construir o contexto, ao qual podemos entender como algo mais dinâmico. Se o contexto for coerente com o Princípio de Relevância, este vai reger essa seleção após o ouvinte avaliar as tais hipóteses em termos de verdadeiro ou falso ou de provável verdade.

Somente *a posteriori*, quando as hipóteses forem consideradas verdadeiras, ou provavelmente verdadeiras, elas vão se constituir em um ganho para o ouvinte e caracterizar em acréscimo de conhecimento. Assim, se o contexto não preexiste ao momento da comunicação, ele será construído à medida que o ouvinte testar suas suposições, podendo ou não ser confirmadas. No entanto, a construção do contexto depende da consideração de sua relevância, ou seja, se essas suposições não tiverem nenhuma relevância, logo elas serão descartadas pela memória de curto prazo. Só serão mantidas as que forem relevantes, em termos de efeitos contextuais.

2.5.5 Noções gerais sobre inferência

Para evitar análises controversas sobre o estudo da inferência pela abordagem semântica com o da pressuposição, consideramos a necessidade de buscar uma maneira mais genérica aos dados implícitos. Desse modo, utilizaremos um conceito único de “inferência”, condizente com os princípios teóricos da TR. Dedicaremos nossos esforços em apresentar a abordagem lógico-semântica e, por conseguinte, como o conceito é tratado por Sperber e Wilson (2001) com base na TR.

Segundo Romão (2008), o estudo da inferência pela lógica demonstra como um indivíduo processa as informações em um raciocínio, que de certa forma aproxima-se dos estudos cognitivos. Porém, a lógica recusa a dependência de um raciocínio formal às premissas por considerar a relação dos conteúdos das premissas com um referente factual, em que o raciocínio é considerado válido ou não.

A partir da lógica definida por Aristóteles como ciência da demonstração e do saber demonstrativo, a inferência recebeu a concepção de que representa um elo entre duas ideias. Ela é assumida por estudiosos desde a Antiguidade, quando a conexão de duas proposições, isto é, a primeira que antecede implica e a segunda, por consequente. A partir disso, podemos compreender que inferir é passar de uma ideia para outra, o que se pressupõe que o processo inferencial determina uma sequência de proposições. Segundo Pinto (1981) inferência é:

[...] uma atividade psicológica e até mesmo, de certa maneira, associativa. Uma ideia puxa outra, um pensamento conduz a outro, [...] trata-se, pois, de um processo mental através do qual o sujeito passa de certas proposições das (premissas) a uma nova proposição que dela decorre (conclusão) porque apreende (capta, pega ou julga perceber) relações existentes (evidentes ou prováveis) entre explicações e suas consequências. (PINTO, 1981, p. 85).

Um dos objetos da Lógica é a ideia da “inferência”, cuja base é a análise das proposições e silogismos. Pinto (1981) atribui uma definição para o raciocínio argumentativo:

Por meio do raciocínio, a mente humana liga diversas proposições, como expressões de juízo, de modo ordenado e mantendo nexos entre si. O raciocínio indica, através de uma sequência concatenada de pensamentos, um conjunto de ideias constituindo uma unidade. [...] No raciocínio argumentativo (ou argumentação), as proposições apresentam disposição estruturas próprias. De um lado, as afirmações ou negações explicam, justificam, fundamentam ou oferecem motivos ou razões constituindo as chamadas PRE-

MISSAS; de outro, a decorrência, consequência ou resultado daquilo que foi justificado constitui as chamadas CONCLUSÕES. Premissas e conclusões estão sempre em relação de dependência. Uma não existe sem a outra e ambas juntas constituem e identificam um argumento (PINTO, 1981, p. 75-76).

Portanto, podemos concluir que a inferência se constitui como uma ideia que expressa a ligação entre outras duas. Contudo, segundo Romão (2008) há um tipo de inferência que não depende de outras proposições, pois é gerada de forma analítica e se distingue da inferência sintética, que, por sua vez, depende de duas ou mais premissas caracterizando um modelo perfeito de processamento mental. Outra forma de implicação analítica é o *acarretamento*, que considera os conteúdos das proposições por meio da dedução.

Moura (2000) define acarretamento como “se uma proposição **a** implica com uma proposição **b**, isso significa que se **a** é verdadeira, então **b** é necessariamente verdadeira”. Chegamos à conclusão que entre as sentenças existe uma relação que se estabelece quando o sentido de uma está presente, ou seja, incluído em outra, conforme os exemplos de Moura (2000):

- (1) (a) João tem um gato siamês em casa.
- (b) João tem um bicho de estimação em casa.
- (a) Maria têm três filhos.
- (b) Maria tem alguns filhos.

A implicação determina que se a sentença (a) for verdadeira, a sentença (b) também será verdadeira. Isso acontece porque a semântica está presente na implicação analítica e, como não deriva de novas conclusões, é conservada na memória. Porém, o inverso não ocorre, como em: João pode ter qualquer animal de estimação e não ter um gato. Qualquer outro animal, assim, o exemplo (b) não implica em (a).

Além dos tipos de inferências já citados, existe a pressuposição que é gerada a partir de uma única pressuposição, definida por Kerbrat-Orecchionni (1998) *apud* Romão (2008):

Consideremos como pressuposições todas as informações que, sem ser abertamente postas (i. e. sem constituírem em princípio o verdadeiro objeto da mensagem a ser transmitida), são, entretanto, automaticamente arrastadas pela formação do enunciado, no qual elas se encontram intrinsecamen-

te inscritas, qualquer que seja a especificidade do quadro enunciativo (KERBRAT-ORECCHIONNI (1998, p. 25 *apud* ROMÃO, 2008).

Segundo Arruda-Fernandes (1997), a pressuposição necessita ser requisitada pelo contexto, conforme o autor:

A pressuposição coloca em pauta conteúdos que, do ponto de vista do locutor, precisam estar presentes na situação discursiva sem, contudo, ser objeto do discurso. Eles concorrem para ancorar o enunciado na situação comunicativa e no contexto social, histórico e ideológico em que a interlocução ocorre. Assim, embora o conteúdo pressuposto não se apresente como tema do discurso, ele estabelece o quadro discursivo, conceitual, social e ideológico em que o discurso ocorre (ARRUDA-FERNANDES 1997, p. 19-20).

Desse modo, Arruda-Fernandes (1997) afirma que “o pressuposto ajuda a definir o contexto”. Podemos considerar que nem sempre o pressuposto é determinado pela linguística, uma vez que não se pode analisar as pressuposições sem levar em consideração o contexto em que tais situações acontecem.

Sperber e Wilson (2001) não se preocuparam em classificar os processos inferenciais, salvo o conceito de implicatura. No entanto, para os autores, o termo inferência abrange as classificações já conhecidas. Mesmo que não recebam nomenclaturas específicas, segundo os teóricos existe importância para compreensão e processamento de um texto. Com a TR, o modelo de comunicação inferencial está intimamente ligado à noção de relevância e às inferências espontâneas e não as demonstrativas. A compreensão inferencial não é demonstrativa e toda implicação não pode ser prevista. Quando formamos suposições, estas podem ser confirmadas, porém nunca provadas, são formadas apenas com base nas evidências. Os teóricos apresentam inferência como:

A inferência é o processo pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira pela força da verdadeira pela força de verdade ou da verdade provável de outras suposições. É assim uma forma de fixação daquilo em que se acredita. (SPERBER; WILSON, 2001 p.119).

Sendo assim, podemos compreender que a definição de inferência como procedimental, tendo sua natureza como qualitativa, que decorre de um processo de verificação semântica de validade, em consonância com Flores (2017). Sperber e Wilson (2001) constataram uma espécie de classificação das inferências:

A inferência demonstrativa, a única forma de que está bem compreendida, é constituída pela aplicação de regras dedutivas a um conjunto de premissas. [...] Numa inferência demonstrativa válida, a aplicação de regras dedutivas e premissas verdadeiras garante a verdade das conclusões. A inferência não demonstrativa, tal como é desempenhada espontaneamente pelos seres humanos, poderá ser menos um processo lógico do que uma forma de conjectura devidamente constrangida (SPERBER; WILSON, 2001, p.119-120).

De acordo com os autores, a inferência demonstrativa consiste em um modelo estruturado, ou seja, por meio de regras inferenciais, tais como *modus ponens*, *modus tollens* etc., que podem descrever o valor de verdade ou de falsidade que rege determinado raciocínio. Assim, as inferências espontâneas e não demonstrativas devem ser tratadas como bem ou mal sucedidas, eficientes ou ineficientes.

3 LINGUAGEM, FEMINISMO E PRAGMÁTICA

Ao propor o estudo sobre feminismo, aceitamos o desafio de descrever a noção performativa de gênero a partir dos estudos de Butler (1990) e as contribuições da pragmaticista Joana Plaza Pinto (2014) para a construção de um suporte teórico adequado. Esta seção pretende dedicar um espaço ao debate teórico para descrever os principais conceitos atribuídos aos estudos feministas e a sua correlação com os estudos da linguagem, com a finalidade de relatar sua trajetória até os estudos pragmáticos. Portanto, para o desenvolvimento e construção da pesquisa, buscamos contextualizar as relações de gênero no que diz respeito à representação de corpo, comportamento e atitudes do universo feminino, tão presente nas obras da autora Maitena Burundarena, em “Mulheres Alteradas” 1, 2, 3, 4 e 5 publicadas pela editora Rocco em 2003 e 2004 e as principais características da pesquisa feminista no campo da linguagem.

3.1 MOVIMENTO FEMINISTA E “A QUESTÃO DA MULHER”

A chamada primeira onda do feminismo no mundo ocidental aconteceu entre 1850 e 1950. Trata-se de 100 anos de reivindicações ao direito ao voto, instrução formal e melhores condições de trabalho para as trabalhadoras, tais como diminuição de jornada melhoria salarial. Todavia, é somente com o advento da segunda onda do feminismo que surge o amadurecimento de debates e produções de conhecimento. Assim, a questão das mulheres como agentes da história e objeto de estudo surge com o feminismo acadêmico (Pinto, 2014)

Nesse momento, a trajetória social das mulheres como protagonistas de muitas lutas e conquistas toma um novo rumo, no qual os múltiplos discursos sobre as mulheres tornam-se centro das atenções em diferentes disciplinas tais como: História (SCOTT, 1990; 1995), Antropologia (RUBIN, 1973), passando pela Teologia, Psicanálise de Freud e não muito longe pela Linguística (LAKOFF, 1975).

De acordo com Scott (1990), as mulheres tornaram-se um grupo a debater suas demandas, sobretudo, a posição política e a discriminação sexual em 1964, nos Estados Unidos. Ainda nesta década, por incentivo do governo norte americano, a mulher ingressou na academia, sempre atenta e sensível às demandas e denunciando desigualdades e preconceitos.

Nos estudos linguísticos, questões que abordam a temática “mulher” situam-se atreladas à expansão dos estudos interacionais e sociolinguísticos nos anos 1970, sendo a primeira obra concebida por Robin Lakoff, “*Language and woman’s place*”, escrita em 1973 e publicada somente em 1975. O tema articula com a principal questão da época “Como as diferenças linguísticas refletem diferenças sexuais” (PINTO, 2014, p. 208).

Não obstante, a Pragmática não ficou alheia aos estudos linguísticos relacionados à temática, tanto que dois anos após, no “*Journal of Pragmatics*”. Desse modo, por meio da Sociolinguística, a Pragmática acompanhou as discussões entre linguagem e diferença sexual (PINTO, 2014).

Nessa perspectiva, foram os estudos de Austin (1962) que influenciaram a teoria feminista e os estudos da sexualidade. Porém, o que mais impactou nos estudos feministas foi a interpretação da teórica feminista Judith Butler (1990/2003) a partir dos estudos de Austin (1962), por meio da noção de “performativo”, que descreveremos com mais profundidade nas próximas seções.

3.2 A INFLUÊNCIA DA PRAGMÁTICA NO FEMINISMO DE JUDITH BUTLER

Para esta pesquisa, adotaremos os conceitos de gênero identidade e performatividade propostos por Butler (2003) em *Problemas de Gênero feminismo e subversão de identidade*, que retoma ao termo “problema” ao falar dos tabus relacionados à questão da sexualidade tanto masculina quanto feminina. Para dar início aos nossos estudos sobre feminismo sob a influência da teoria dos Atos de Fala de Austin (1962), Butler (1990) apresenta em sua obra sobre a profusão teórica na noção de performativo. Além dos estudos de Butler (1990), consideramos de suma importância os estudos de Pinto (2014), que fazem a ponte teórica entre pragmática e performatividade.

Conforme Pinto (2014), somente diante da interpretação de Butler, em 1990, a partir dos estudos de Austin (1962), que se começou a produzir estudos linguísticos sobre a relação linguagem e gênero. Segundo Judith Butler, a crítica feminista deve situar a mulher como sujeito e como é reproduzido seu discurso em busca de sua emancipação política.

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve com-

preender como a categoria das 'mulheres', o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 1990, p. 20).

Assim, nos anos de 1960 e 1970, a questão da mulher passa a ser discutida pela diferença sexual e pela noção de gênero como categoria. Nos anos 1980, o conceito é tratado como construção social de homens e mulheres, passando a ser tratado como performatividade do corpo em 1990 a 2000. Piscitelli (2002) aponta que, apesar de ser um percurso histórico, esse “problema” está longe de ser resolvido, pois essas passagens não são unidirecionais e ainda há distinções teóricas entre as características masculinas e femininas.

Nos anos 1990, surge a crítica de performatividade de gênero da teórica feminista Judith Butler (1999), para desconstruir a teoria feminista que gira em torno do conceito de gênero. A divisão do binarismo sexo/gênero que estabelece a noção de performativo tem grande repercussão. Essa é a premissa que Butler (1999) constrói a partir da leitura crítica de Austin e que desmontou os enfoques feministas essencialistas.

Atualmente, a obra “Problemas de Gênero feminismo e subversão de identidade” é considerada como a mais importante obra de Butler (1990), que apontou basicamente que sexo é um efeito do gênero ao argumentar que os atos de fala hegemônicos sobre os corpos são o que os tornam um fundamento real e incontestável do sujeito, conforme a autora descreve:

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas e sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. (BUTLER, 1990, 2003, p. 20).

Diante disso, Butler (1990) desconstruiu a dualidade sexo/gênero sob enfoques feministas essencialistas. É nessa premissa que a autora problematiza a inexistência desse sujeito, pois, para ela, nada mais é um dos efeitos dos atos de fala hegemônicos. Ainda nessa discussão, Butler (1990) acrescenta uma forte crítica ao modelo binário que ela caracteriza como sendo “sexo” um mero efeito do “gênero”. Pinto (2014) elucida que não mais é a noção de biológico, mas sim a noção de como o discurso se organiza em torno desta noção.

Ao desmontar a dualidade sexo/gênero, Butler (1990; 2003) não considera a identidade como algo simples, mas que impede associação simétrica de determinan-

tes associados ao que é ser mulher, ou seja, características femininas e características masculinas, as quais foram fundamentais para as discussões sexo/gênero.

Em algumas explicações, a ideia de que gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscrito em corpos anatômica-mente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

A autora apontou para outro fato importante que a teoria feminista não problematizava, a noção de gênero e desejo, indicando que não é natural, mas um processo discursivo e cultural assim como o gênero: “Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero” (BUTLER, 2003, p. 28).

A filósofa critica fortemente as feministas que consideram o gênero como construído linguística e culturalmente e as que consideram o gênero feminino marcado. Butler (1990) usa como exemplos as leituras de Simone de Beauvoir e a complicada discussão de Luci Irigaray, que argumenta “que as mulheres constituem um paradoxo, se não uma contradição, no seio do próprio discurso de identidade” (BUTLER, 2003 p. 28), ou seja, a pesquisadora revela que nesta visão, “sexo” constitui aquilo que não se pode restringir nem designar.

Butler (2003) reforça ainda que, para Beauvoir, as mulheres são a oposição do homem, designadas como o Outro. A autora cita Irigaray que argumenta que o sujeito, o Outro, representa esteios de uma economia significante falocêntrica² e fechada. Butler (2003) ao citar Irigaray e excluir o feminismo. Ela contribui com os estudos feministas quando descreve sobre a posição feminista, afirmando que o gênero era atributo da pessoa, como uma substância ou até mesmo um “núcleo” de gênero como parte de uma teoria social do gênero. Assim, a visão de Irigaray contraria a de Beauvoir quando afirma que o feminino jamais poderia ser marca de um sujeito (BUTLER, 2003, p. 30). Para a autora, a noção de feminismo não pode ser teorizada em termos de discurso, entre a relação feminino e masculino, pois a noção de discurso é irrelevante. Não obstante, para a feminista, o feminismo também é um sujei-

² Segundo o Dicionário Michaelis (2021), por falocêntrico define-se, aquilo “1 Que se centraliza no falo. 2 POR EXT Que postula a superioridade ou primazia do sexo masculino”.

to e sua relação com o masculino representa um círculo fechado de significante e significado.

Butler (2003) reforça que estas distinções estão longe de ser nítidas, assim como problematizar a noção de sujeito e gênero e sua assimetria socialmente instituída. Enquanto para Beauvoir, o corpo feminino é marcado no interior do discurso masculino, para Irigaray, tanto o marcador quanto o marcado são mantidos de significação masculina, em que o feminino é separado em termos pós-hegelianos, ou a mulher seria “anulada”, porém não marcada (BUTLER, 1990; 2003, p. 32).

Butler (2003) não descarta a noção de sujeito, mas interpela a ideia de gênero como efeito na posição de sujeito centrado. A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significativa masculina, mas deve permanecer autocrítica em relação ao feminismo. A autora afirma que até a noção de diálogo é culturalmente restrita, ou seja, delimitada, mesmo que em uma das partes ocorra e na outra não.

Conforme Pinto (2014), “os atos de fala impelem um aspecto de substância às relações de poder, mascarando-as com a aparência natural”. Desta forma, devemos questionar as relações de poder existentes, que limitam os agentes do discurso e suas posições de poder, pois a questão de ‘gênero’ é permanentemente protelada, segundo Butler (2003).

Vale ressaltar que Butler (1990) utiliza o termo ‘poder’ pela teoria foucaultiana, segundo a qual o “poder encerra as funções jurídica (proibitiva e reguladora) e produtiva (inadvertidamente geradora) das relações diferenciais” (BUTLER, 1999, p. 39).

Avançando nos estudos feministas de Butler, a seguir, lançaremos mão do conceito de identidade ou, mais importante, a noção de identidade e gênero e as discussões acerca das práticas reguladoras que governam o gênero, tais como a identidade. A autora assim define identidade:

Em sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais as pessoas, mas não se conformam as normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (BUTLER, 1990; 2003, p. 43).

Cabe ressaltar que a filósofa problematiza os conceitos de identidade e sexo, de forma que identidade é um efeito de práticas discursivas. Assim, seria um efeito

de uma prática hegemônica reguladora. Butler (2003) ainda argumenta que há vários modelos explicativos pelos quais o sexo é compreendido quando se articula com o campo do poder.

Destacamos a noção de “sexo” como substância na linguagem hegemônica, na qual o homem constitui uma posição de supremacia na sociedade, que se realiza mediante a um truque performativo da linguagem e/ou do discurso que oculta o fato que ser um gênero ou sexo é impossível. Ou seja, investigar a problemática de gênero nada mais é do que entender a produção discursiva da relação binária, assim “uma pessoa só é seu gênero na medida em que não é o outro gênero” (BUTLER, 1990; 2003, p. 45).

Ademais, de acordo com Butler, a identidade é um efeito que se manifesta por meio das diferenças num modelo de referência e não existe uma concepção de identidade de gênero, porém a identidade é performativa. Desse modo, Pinto (2014) descreve que, do ponto de vista de Butler (2003), “gênero é um efeito de fala ritualizado, que se apresentar como real, natural, binário e hierarquizado”. Nesse quadro teórico, a noção de performativo se torna central, pois esse efeito é mantido, eventualmente recusado e modificado na linguagem e, conseqüentemente, um tema privilegiado.

Face ao exposto, “gênero” é sempre um efeito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (BUTLER, 2003, p. 43). Para Cameron (2010), as pessoas usam recursos linguísticos para produzir a diferença de gênero. Butler (2003) utiliza o termo *stylization* para definir gênero e permite conformar a um dado estilo ou tornar convencional, com isso suspende o problema das representações em expressões linguísticas. Logo, o corpo fala para representar a criação e a recriação nas relações de poder.

Os conceitos teóricos desta noção de performativo são imprevistos e não alteram somente a noção de atos de fala, mas também a categoria de gênero. Butler (2003) intensifica seu debate sobre ato de fala e efeitos do corpo, apontando que um momento em que o ato de fala é redobrado, torna-se um agir. É nesse agir que a relação entre linguagem e corpo são elementos importantes nos atos de fala.

Portanto, identidades são efeitos dos atos que marcam comportamentos e ato de fala é um ato corporal; sendo assim, descrever gênero é tornar identidade como performativa. Esse efeito desencadeia as identidades plurais, mesmo organizadas em diferentes elementos bipolares que fundamentam os estudos sobre linguagem.

3.3 MAITENA BURUNDARENA E “MULHERES ALTERADAS”

Maitena Burundarena nasceu em 1962 em Buenos Aires na Argentina. Tornou-se mãe solteira muito jovem e, devido a sua habilidade artística, procurava emprego como ilustradora. Aos 24 anos Burundarena com um casamento desfeito era mãe de dois filhos. Ela começou a ilustrar em 1984, mas como o campo de ilustração não era fácil, principalmente para as mulheres, conseguiu uma oportunidade como *freelance* para ilustrar livros infantis e revistas eróticas *underground*. Após iniciar sua carreira, foi convidada a publicar no jornal argentino “La Nación” e, aos poucos, sua carreira foi se consolidando. Na década de 1990 passou a publicar “Mulheres Alteradas” na última página da revista de arquitetura e decoração argentina “Para Ti” (DANTAS, 2006, p. 93).

A seguir, apresentamos as ilustrações das primeiras edições da obra “Mulheres Alteradas” de Burundarena:

Figura 14 Ilustrações de “Mulheres Alteradas”



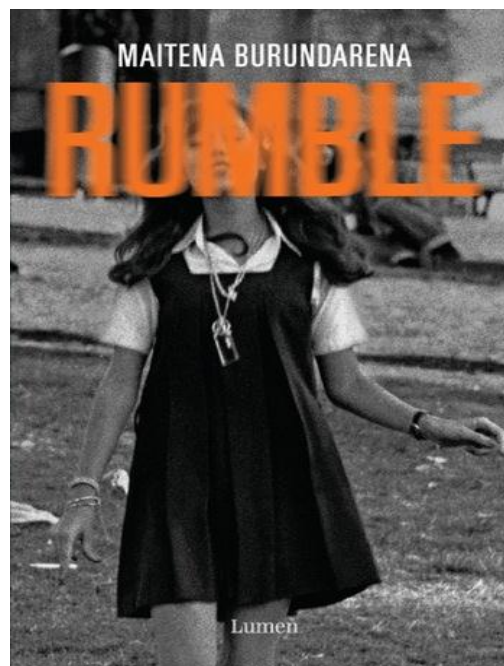
Fonte: Maitena y mujeres Alteradas. Disponível em: <https://www.guiapraticodeespanhol.com.br/2009/07/maitena-y-mujeres-alteradas.html>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

De 1998 a meados de 2003, Burundarena passa a publicar “Superadas” no Jornal “La Nacion”. Sua consolidação como humorista argentina começou em 1999 com o jornal “El Pais”, de Madri com a publicação de “Mulheres Alteradas”.

A cartunista faz parte de uma geração de chargistas e cartunistas que foram influenciadas pelo discurso feminista ao se inserir num campo de trabalho masculino. Essa consagração, todavia, não é um resultado casual. A chargista é frequentemente relacionada a Quino devido ao seu estilo de fazer quadrinhos nos quais se destaca a carga ideológica e as críticas sociais.

Posteriormente, a mesma série “Mulheres Alteradas” é reproduzida por jornais e revistas em cerca de vinte países, entre eles: “Le Figaro” (França), “El Nacional” (Venezuela) e, no Brasil, fez parte da última página da revista “Marie Claire”, do jornal “Folha de S. Paulo” e da revista “Cláudia”. No Brasil, a coletânea de “Mulheres Alteradas” passa a ser publicada pela editora Rocco entre os anos de 2003 e 2004, mantendo as capas originais. Com o tempo, “Mulheres Alteradas” tornou-se livro em cinco volumes e, em 2003, a autora passou a publicar as tiras “Curvas Perigosas”. Devido à enorme repercussão de “Mulheres Alteradas”, “Superadas” e “Curvas Perigosas”, a autora se dedicou à escrita de sua primeira novela, “Rumble”, que foi publicada na Argentina em 2011 pela Editora Sudamericana.

Figura 15 - Capa do Romance Rumble



Fonte: LUCAS, D. Maitena cansa de desenhar e lança seu primeiro romance, 2011. Disponível em: <https://deborando.wordpress.com/2011/11/02/maitena-se-cansa-de-desenhar-e-lanca-rumble-seu-primeiro-romance/>. Acesso em: 10 de abril. 2021.

Atualmente, Burundarena mora alternadamente na Argentina e no Uruguai. A artista dá continuidade ao seu trabalho após “Mulheres Alteradas” e surge o livro “Curvas Perigosas” com mesmos temas e formatos.

Segundo Prado (2017), o público de Burundarena consiste de mulheres heterossexuais e de classe média, pois a autora trata das angústias que as mulheres sofrem em relação ao corpo e à forma como ele é representado por meio de suas personagens que não são nomeadas. O desfecho de suas tiras consiste na ironia e no humor que envolvem os dilemas que as mulheres sofrem. Ou seja, reflete justamente sobre a questão do estereótipo feminino que influencia os pensamentos e sentimentos de muitas mulheres anônimas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Recentes teorias pragmáticas, como as de Sperber e Wilson (1995), elaboraram um modelo teórico de como a mente humana opera em processos comunicativos referentes às atividades cognitivas associadas à interpretação do significado. Para a Teoria da Relevância, todo e qualquer processamento de uma nova informação em uma situação comunicativa inferencial é determinado pela relevância de novas informações que serão associadas ao conhecimento enciclopédico proveniente das experiências individuais.

A partir desses conceitos, esta pesquisa propõe uma análise baseada, especificamente, nos conceitos de ostensão e inferência, provenientes da Teoria da Relevância. Para Sperber e Wilson (2001), a comunicação ocorre por ostensão e inferência e não pela codificação e decodificação. Os dois processos são complementares, principalmente quando falamos de leitura, é necessário decodificar o que está escrito para depois processar a informação:

A comunicação verbal como envolvendo dois tipos de processo comunicativo: um baseado na codificação e decodificação, o outro, na ostensão e inferência. O processo da comunicação codificada não é autônomo: está sujeito ao processo inferencial. O processo inferencial é autônomo: funciona essencialmente do mesmo modo [...] a comunicação inferencial envolve a aplicação, não das regras de decodificação de finalidade especial, mas das regras da decodificação de finalidade especial, mas das regras inferenciais de finalidade geral que se aplicam a quaisquer informações representadas conceptualmente (SPERBER; WILSON, 2001, p. 266).

Nessa concepção, na interação verbal, a comunicação ostensiva é aquela que fornece evidências diretas por meio dos pressupostos da intenção comunicativa e esta, por sua vez, refere-se a um segundo nível informativo a fim de tornar, mutuamente, manifesto.

Desse modo, em termos de processamento comunicativo, os discursos verbais e não verbais podem ser abordados conforme os pressupostos da Teoria da Relevância. Sperber e Wilson (2001) argumentam que o falante pretende comunicar um pensamento formado por várias proposições, algumas mais evidentes outras não. De acordo com os autores, cabe ao ouvinte a tarefa de inferir quais evidências são mais emergentes do que foi dito.

Portanto, para a teoria cabe ao ouvinte saber que uma declaração deve ser interpretada como uma informação comunicada, ou seja, um pensamento do falante, devido ao Princípio da Relevância, que passa a ser uma garantia de verdade e de relevância. Dessa forma, cabe ao ouvinte a tarefa de computar, em ordem de acessibilidade, as implicaturas (GRICE, 1975) que são mais relevantes para ele. Tomando como base a Teoria da Relevância, apresentamos os aspectos comunicacionais presentes nos cartuns de Maitena Burundarena, em consonância aos estudos de Butler (1990) e Pinto (2002). Com base nas pistas contextuais, nas quais as imagens são processadas (SILVEIRA, 2005), buscamos descrever o processo de construção do significado para a compreensão leitora.

4.1 PRECONCEITOS MAIS COMUNS EM RELAÇÃO ENTRE ÀS MULHERES

O cartum “Alguns dos preconceitos mais comuns” está dividido em seis quadros que retratam alguns estigmas atribuídos ao universo feminino em diversas situações contemporâneas de identidade:

Figura 16 - Alguns dos preconceitos mais comuns



Fonte: Burundarena (2003)

Os cartuns possuem seis unidades gráficas e, geralmente, apresentam dois personagens principais (homem e mulher, mulher e mulher). No que se refere aos estímulos ostensivos ou *inputs* visuais, os quadrinhos apresentam estímulos verbais e não verbais.

Passemos às descrições dos elementos/componentes que farão parte das análises que faremos nas páginas subsequentes:

Na unidade 1 intitulada “Se você é linda... é uma tarada”, a premissa dada (P1) é a apresentação de um homem e uma mulher jovens bem-vestidos e, possivelmente, em um ambiente descontraído dentro de uma cena discursiva. Neste quadro, a autora se apresenta essencialmente ostensiva ao propor, de acordo com Butler (1999), ainda que subliminarmente, uma identidade feminina que se materializa em um belo corpo e em uma representação intelectual em relação aos discursos feministas, nos quais a luta das mulheres intelectuais reforça a caracterização da identidade atual como solteira, linda e intelectual. Essa caracterização torna-se intrinsecamente interpretativa e, mais do que isso, vai além da imagem, visto que, de acordo com Sperber e Wilson (2001), há uma intenção informativa da autora a ser reconhecida como um ato de comunicação. Ou seja, para Burundarena (2003) o homem não atribui inteligência às mulheres lindas e esse traço é muito presente em toda a obra de “Mulheres Alteradas”.

No segundo cartum, podemos observar o estímulo verbal do homem e da mulher composto por duas sentenças. Passamos a analisar um conjunto de suposições que são originadas dos *inputs* linguísticos que realçam os elementos do *input* visual. Vejamos:

Unidade 2: “Se você é inteligente é tediosa”

- (1) Doutora que surpresa! O que está fazendo por aqui?
- (2) Dançando... não vim fazer uma auditoria, né?

Como o enunciado linguístico do homem caracteriza-se por exclamações e perguntas do tipo QU, a mulher guiada pelo princípio da relevância responde de forma lógica: “Dançando... não vim fazer uma auditoria, né?”. A partir desse estímulo ostensivo, pode-se acionar um conjunto inferencial de suposições do leitor. Vejamos:

Suposição (S1): Somente homens bem-sucedidos podem se divertir.

Suposição (S2): Se uma mulher é inteligente é tediosa, o que reforça o título dos quadrinhos.

Sperber e Wilson (2001) enfatizam que existe uma ligação entre as propriedades linguísticas do enunciado e a proposição que ele recupera através de informações contextuais. A partir da explicatura e suposições obtidas tanto pelo *input*

visual quanto pelo *input* linguístico, as informações implicam em uma seleção adequada do contexto, enriquecidas pela memória enciclopédica e habilidades perceptuais e cognitivas das explicaturas e suposições.

Ao propor o termo explicatura, Sperber e Wilson (2001, p. 274) descrevem que “é uma combinação de traços conceptuais linguisticamente codificados e contextualmente inferidos”. Os autores indicam que um nível completa a representação semântica de um enunciado e este processo acontece quando fica entre o dito, ou seja, a decodificação linguística e o implicado. Esta representação se constitui em implicações contextuais, neste caso estamos de acordo com a tira citada, isto é, que uma mulher inteligente e bem sucedida torna-se tediosa e desinteressante.

A Teoria da Relevância procura preencher esses estímulos visuais e linguísticos utilizando a noção de explicatura. Segundo Sperber e Wilson (2001), da mesma forma que o ouvinte atribui atenção aos estímulos que lhe são mais relevantes, o mesmo acontece com o leitor.

Assim, o que o sujeito repetidamente diz ou faz se constitui como real e natural (BORBA, 2014). No caso do quadrinho em análise, isso é evidenciado pela quebra de expectativa em relação à resposta que o homem recebeu. Essas informações estimulam o processo inferencial do leitor a encontrar, em seu ambiente cognitivo, as informações que contribuem para o maior número de efeitos contextuais com o menor esforço de processamento (FLORES, 2017, p. 25).

A unidade 3: “Se você é independente... é uma ‘LOUCA’”, possui dois personagens (o pai e o filho) e os seguintes enunciados:

- (1) ... estuda à noite porque trabalha o dia todo... mora sozinha... agora viajou por alguns dias, mas quando voltar, te apresento... é uma garota fantástica, papai!
- (2) Fantástica? Uma vagabunda!

Nesses enunciados, as premissas são:

(P1) Dada as explicaturas, os dois personagens: pai de família tradicional e seu filho conversando sobre uma possível namorada.

(P2): Derivada pela P1, as suposições são que o enunciado do pai é carregado de estereótipos de gênero, o que reforça a ideia performática da mulher independente social e financeiramente, sendo taxada de “Vagabunda”;

Tais evidências surgem tanto do *input* visual quanto linguístico e tais premissas evidenciam a performatividade de gênero.

Tanto identidade quanto gênero são produzidos por atos linguísticos segundo as perspectivas conceituais de Butler (2003) e, na medida em que gênero é tratado como performatividade, essa relação com a linguagem/discurso e gênero fica evidente. Ainda segundo a autora, as expectativas de gênero são normas construídas sobre crenças e nossos corpos não são como folhas em branco ou tampouco objetos passivos. Neste caso específico do quadrinho 3, a expectativa do filho é que o pai acredite que sua (possível) namorada seja tão interessante quanto ele julga que ela seja.

Para Butler (2003) não existe um sujeito, nem tampouco uma identidade que se constitui antes de qualquer processo discursivo, pois sua constituição se dá através da linguagem.

Conforme análise acima, os atos performativos, segundo Butler (2003), estão sempre condicionados por algumas regras processuais de produção e têm forças diferentes se falados por pessoas/ instituições diferentes e precisam ser convencionalmente aceitos e obedecem determinadas regras de interpretação para produzir os efeitos que pretendem.

Para Butler (2003, p.2), “a performatividade deve ser entendida não como um ato singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz efeitos que nomeia”. Butler (2003, p. 38) enfatiza que “a performatividade caracteriza primeiro e, acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência”.

Unidade 4: Se é boa... é uma idiota

(1) Entra, entra! Tá tudo bem, minha mulher aguenta de tudo, vão ver só...

Marta! Martaaa! Marta?

Neste enunciado, temos as seguintes premissas:

(P1) A explicatura, que em princípio é um ato de ostensão explícito, consiste no *input* visual no qual o marido chega em casa com uma garrafa de bebida com seus amigos, com a (possivelmente) intenção de continuar a beber.

(P2) As ostensões são cognitivamente reforçadas ainda pelo enunciado que provém do insumo que conduz à implicatura que toda mulher (possivelmente) deve se submeter a todos os caprichos do marido, tais como: bebidas e amigos, entre outros.

(P3) As conclusões implicadas, que partem tanto do *input* linguístico quanto visual, rompem com essa ideia culturalmente estereotipada e desemboca na atitude drástica da mulher manifestada em sua carta de adeus. Podemos inferir que a mulher, nesse contexto doméstico, finalmente cansou-se da vida doméstica/domesticada e deixou seu marido. Neste caso, podemos também inferir, de acordo com Butler (1990), a relação de performatividade reagente da mulher submissa aos caprichos do homem/ marido.

Unidade 5: “Se você ganha muito dinheiro... ‘Alguém’ está bancando”

(1) Mas que apartamento lindo... foi seu ex que te deu ou é herança do seu pai?

Neste quadrinho, podemos extrair as seguintes premissas:

(P1) A ostensão visual consiste no *input* sensório perceptivo, homem e mulher em um encontro romântico no apartamento luxuoso dela.

(P2) A ostensão linguística consiste no enunciado tal, tal e tal

(P3) A implicatura derivada consiste no *input* perceptivo-visual retratada no desagrado da mulher em relação à pergunta sobre seu apartamento.

Para Sperber e Wilson (2001, p.274), “qualquer suposição comunicada, mas não explicitamente, é comunicada implicitamente: é uma implicatura.” Desse modo, a implicatura derivada da performance de gênero é inferencialmente construída pela insinuação explícita do homem de que uma mulher não pode ser bem sucedida se um homem não a sustenta. A implicatura é derivada tanto do *input* visual quanto do *input* linguístico.

Unidade 6: Se você tem sucesso... é péssima mãe

(1) ... minha mãe diz que sua mãe sai muito nas revistas e que quem cuida de você é a babá...

(2) Não, não! O que ela diz é que minha mãe parece minha babá... porque está muito caída. E a das revistas é a babá que sumiu há um mês e roubou toda a roupa da minha mãe...

Pelas suposições linguísticas e pela premissa derivada, na sequência dos enunciados, observamos duas crianças conversando acerca da maternidade.

Dada essas suposições, a proposta artística de Burundarena (2003) nos faz entender que, segundo Butler (1999) e Pinto (2014), a performatividade de gênero está presente ao retratar o estereótipo de que a mulher que trabalha e é bem sucedida é uma péssima mãe, no quadrinho sexto.

De modo geral, de acordo com a TR, a relevância ótima na interpretação do leitor nos seis quadrinhos se constitui tanto pelas suposições linguístico-visuais dadas quanto pelas implicaturas inferidas.

4.2 ANÁLISE DOS QUADRINHOS

A metodologia qualitativa prevista para a análise dos cartuns, tal qual proposto aqui, permite-nos selecionar recortes humorísticos que estabelecemos para a pesquisa e pretendemos explicar como o leitor interpreta, com base na teoria da relevância de Sperber e Wilson (2001), premissas que devem ser constrangidas (processadas) inferencialmente pelo sistema dedutivo-cognitivo humano.

Esta seção tem como objetivo analisar os cartuns selecionados com o intuito de abarcar o tema proposto pela pesquisa, bem como seus objetivos. Dessa forma, esta etapa foi dividida em quatro partes que buscam contemplar as questões do humor e a temática da mulher.

Na figura 17, Burundarena (2003) faz uma crítica à maternidade, tendo como ponto central a educação do filho “homem” e a desvalorização do profissionalismo feminino. Podemos extrair as seguintes premissas:

Figura 17 - Como Transformar seu filho em um machão



Fonte: Burundarena (2003)

- (P1) premissa dada: input linguístico no título da charge;
 (P2) premissa dada: Input linguístico no enunciado da mãe;
 (P3) premissa dada: input visual na imagem titubeante da mãe e no olhar atento do filho;

(P4) premissa derivada/inferida de (P1), (P2) e (P3): a mãe ao pedir um médico em detrimento de uma médica para o filho produz a performatividade 'machista', porque se dizer é fazer, segundo Austin, ela faz a performatividade de gênero por meio da linguagem, segundo Butler (2003).

Assim, o gênero precisa ser analisado numa perspectiva "social heteronormativa que é operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares, as quais produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres" (BENTO, 2006). Butler (2008) argumenta a partir das supostas diferenças sexuais existentes e que se realizam mediante interpretações de atos de fala que esse processo é o que caracteriza a performatividade de gênero. Desse modo:

A performatividade não é um 'ato' singular ou deliberado, entretanto, ao contrário, uma prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. As normas regulatórias de 'sexo' trabalham de uma forma performática, a fim de construir a materialidade dos corpos, ou melhor, para materializar o sexo do corpo, a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heteronormativo. (BENTO, 2006, p.04)

Segundo Pinto (2014), a performatividade é construída a partir dos atos de fala que postulam as identidades de gênero e estas operam sobre a violência produzida ou imposta para um corpo que fala na sombra de seu significado prévio. E conforme a autora, os corpos oferecem um contexto para que os atos de fala produzam identidades de gênero opostas, postulando assim um sujeito afirmativo e dominador.

Vejamos mais um cartum:

Figura 18 - Ser Magra



Fonte: Burundarena (2003)

Neste recorte, Burundarena (2003) destaca de forma irônica a performatividade, de acordo com Butler (2003), como aspecto central da beleza em conformidade com os aspectos sociais já preestabelecidos pela sociedade. Aqui, cabe ressaltar novamente que “Mulheres Alteradas” (2003) são recheadas de epítetos e enunciados que se referem a esse aspecto da mulher, que sofre constantemente em relação a mudanças em seu corpo. Suas obras são recheadas de cartuns que tratam de tais assuntos relacionados a maternidade e seus envolvimento afetivos.

No primeiro quadro temos as seguintes premissas:

(P1) premissa dada: *Input* linguístico no título das charges (Ser magra)

(P2) premissa dada: *Input* linguístico no enunciado da mulher (1);

(P3) premissa dada: *Input* linguístico do epíteto do quadro (1)

(P4) premissa dada: *Input* visual da imagem (1)

(P4) Premissa implicada/inferida de (P1), (P2) e (P3): Na primeira tira o enunciado linguístico “Ser magra” da mulher, em resposta ao título da tira “Tem coisa melhor que ser linda”, revela a performatividade de gênero na figura da mulher linda

comendo frutas, o que conduz à implicatura que além de ser linda a mulher moderna deve ao mesmo tempo ser magra. A performatividade de gênero, neste caso, fortalece o estereótipo de beleza/corpo e mulher moderna.

Os *inputs* linguísticos e visuais dos dois cartuns da figura 18 tratam da performatividade de gênero da mulher jovem bonita e magra como o modelo ideal para a mulher moderna. São discursos hegemônicos em que o corpo passa a assumir uma identidade frente aos outros padrões já preexistentes. Segundo Andrade (2003), o corpo é algo que nos pertence e nos escapa e é perpassado por representações e símbolos para nossa sociedade. Para o autor, o corpo é um “constructo histórico, social e cultural produzido de múltiplas formas em tempos e lugares diferente” (ANDRADE, 2003, p.120). É com base nos estudos feministas de Butler (2003) que o corpo feminino e suas representações é analisado. Vejamos como estes estudos se aplicam a análise interpretativo do cartum a seguir:

Figura 19 - Algumas crenças ridículas que algumas ridículas insistem em sustentar



Fonte: Burundarena (2004)

O cartum acima trata da dependência afetiva da mulher em seu relacionamento e de como sustenta a autora tais crenças ridículas conforme o título descreve. As suposições decorrentes do *input* visuais são:

(P1) Premissa linguística-visual: duas amigas conversando sobre a dependência afetiva de uma delas.

(P2) Premissa linguística dada: o enunciado da primeira mulher;

(P3) Premissa linguística dada: o enunciado da segunda mulher;

(P4) Premissa linguística dada: o enunciado-resposta da primeira mulher.

O cartum descreve a crença de que a mulher de tiara não recebe a devida atenção, mas quando é confrontada pela amiga ao receber a sugestão de separação, ela mesma enuncia que não quer ficar sozinha.

(P5) A implicatura derivada das premissas (P1), (P2), (P3) e (P4) é: mesmo em um relacionamento ruim, no qual a mulher se sente sozinha, ela prefere continuar nele a realmente de fato sair (dele) e ficar sozinha.

Vejamos agora a análise interpretativa do cartum a seguir:

Figura 20 - Algumas razões que tem uma mulher de certa idade para se envolver com um jovem de idade incerta



Fonte: Burundarena (2004)

No que se refere aos estímulos ostensivos e pelo título do cartum, podemos citar como premissas:

(P1) premissa ostensivo-visual dada: duas mulheres de meia idade conversando a sobre o homem mais jovem em frente às duas.

(P2) premissa linguística dada: o enunciado da mulher (1);

(P3) premissa linguística dada: o enunciado da mulher (2);

(P4) premissa linguística dada: o enunciado-réplica da mulher (1).

(P5) Implicaturas derivadas de (P1), (P2), (P3) e (P4):

Se a mulher (1) trata seu relacionamento como algo natural e ignora o fato que seu parceiro mais jovem seja por ela sustentado, para ambos a situação é normal.

Mas, por meio de *input* visual da mulher 2 e seu enunciado, fazemos ainda a seguinte inferência: uma mulher mais velha só pode ter um relacionamento com um homem mais jovem se se puder sustentá-lo financeiramente. Essa situação estigmatiza a mulher perante a sociedade.

Assim, segundo Butler (1990), a diferença sexual de gênero e identidade vai mais longe do que os discursos que associam o universal ao masculino e assumem que toda cultura é uma propriedade masculina. Desse modo, a tira reforça a performatividade de gênero, na qual a mulher é estigmatizada por ter um relacionamento com uma pessoa mais jovem, pressupondo que isso não acontece quando se trata do relacionamento do homem.

Os discursos das mulheres frente à relação de desigualdade de gênero na qual o interesse do homem mais jovem, segundo Burundarena (2004), é pautado no aspecto financeiro, é ostensivamente relevante e extremamente performativo, uma vez que esteriotipiza a mulher em um mundo marcadamente machista. A performatividade de gênero e de identidade constrói-se no (e pelo) discurso de ambas as mulheres.

Para a Teoria da Relevância, de modo geral, o processo interpretativo da tira segue a seguinte ordem: primeiro recupera-se o significado de um enunciado captado perceptualmente e se consideram diversas hipóteses interpretativas (premissas), isto é, suposições contextuais, implicaturas, pressuposições, desambiguações, entre outros. Em seguida, o processo é concluído quando o nível ótimo de relevância for alcançado. Logo, a Teoria da Relevância fornece possibilidades de respostas necessárias para a interpretação das charges seguindo dois princípios gerais: a) o princípio cognitivo em que a mente humana tende a ser guiada para a otimização da relevância e b) o princípio comunicativo em que os enunciados linguísticos tendem a gerar expectativas precisas de Relevância.

Sendo assim, pelos pressupostos teóricos da Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (2001), pela da teoria dos atos de fala, de Austin e Searle (1969) e pelo conceito de performatividade, de Butler (2003), descrevemos nas charges de Burun-

darena como a linguagem é capaz de agir sobre o corpo, sobre as atitudes, sobre o comportamento e sobre o próprio mundo dos personagens, os quais, por extensão, retratam a realidade humana. Com isso, Butler (1990) e Pinto (2014) defendem um modelo teórico performativo de identidade, no qual as ações repetidas como algo natural (neste caso, nossa discussão sobre os estereótipos ou estigmas de gênero) reatualizam e ritualizam os discursos históricos e culturalmente específicos.

Analisar as obras de Maitena Burundarena pela ótica performativo-inferencial de gênero é ter a oportunidade de representar os vários discursos sobre a mulher, os quais podem ser conflitantes e complementares ao mesmo tempo, pois a autora e suas personagens não retratam ideologias homogêneas, embora algumas crenças possam predominar e é, justamente, nessa contradição discursiva que a identidade da mulher é construída. Assim, para Butler (2003), gênero é forma e não conteúdo. Para a autora, a identidade do gênero não é a performatividade enquanto construto operacional, mas a performatividade de gênero é construída no momento da ação. Portanto, o sujeito representa a materialidade da ação do gênero pelo discurso performativo.

Nos cartuns de Burundarena (2003/2004), a performatividade feminina se refere a uma subversão da identidade, segundo Butler (2003). Para a autora, o feminismo não deve deixar de lado a busca por uma ontologia da identidade, mas deve olhar para a sexualização dos corpos como práticas performativas que são repetidas e significativas a partir de regras sociais, que são aceitas e constituem um contrato social, como é retratado por Burundarena (2003/2004). Conforme Butler:

De fato, quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade. O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tato se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes (BUTLER, 2003, p. 250).

Segundo Almeida (2019), qualquer definição que se proponha a fazer sobre o feminismo é, invariavelmente, produto daquilo que o feminismo luta contra. De acordo com Pinto (2014), a grande contribuição de Butler é o deslocamento de gênero da esfera do ser, ou seja, sua identidade para a esfera do fazer, o que constitui a performatividade. Assim, para Almeida (2019):

‘não se nasce mulher, torna-se’ pode ser reformulada para ‘Não se nasce mulher, faz-se e desfaz-se’. E, mais importante, ‘É preciso não ser para ser livre’. Mas não é simplesmente um tornar-se no sentido de que o gênero vem a ser algo inerente ao sujeito, e sim uma construção coerente, que pode ser des/re/feita (ALMEIDA, 2019, p.51).

Sendo assim, a teoria de Butler nos mostra como a performatividade de gênero é construída ricamente nas tiras de Burundarena (2003, 2004). Assim, um dos méritos de Butler (2003, p.250) é descrever que “é somente no interior das práticas de significação repetitiva que se torna possível a subversão da identidade”.

Nosso intuito nesse estudo foi construir uma ponte teórica entre a pragmática cognitiva e os estudos de gênero performativo. Não obstante, ao chamar a atenção aos aspectos cognitivos envolvidos no processamento de enunciados, a Teoria da Relevância, conforme Godnadel (2009), permite a compreensão de que as interpretações nem sempre são atitudes passivas, mas dependem de um envolvimento ativo do ouvinte/leitor, que se encontra permanentemente exigindo uma capacidade inferencial.

Portanto, o processamento linguístico-discursivo aliado ao enriquecimento contextual dos cartuns de Burundarena (2003, 2004), bem como as junto aos *inputs* visuais, tornam-se ferramentas imprescindíveis da constituição performativa do gênero. Nesse raciocínio, os processos inferenciais, de acordo com a TR, partilham informações vindas dos sistemas de *input* com as informações já conhecidas, dando como resultado as conclusões implicadas, segundo as análises e descrições feitas. Em vista disso, os quadros analisados trazem à tona a ideia de que as pessoas estão atentas aos fenômenos que lhe são mais relevantes e que podem ser processados com um custo baixo ao gerarem maior efeito de interpretação.

Em face ao exposto, discutir gênero, sexo e sexualidade como performativos, é analisar, compreender e descrever como eles são produzidos durante a performance, pois esse efeito discursivo só pode acontecer dentro de uma cena discursiva plena de constrangimentos performativos, conforme Butler (1990, 2003). Logo, as performances de gênero são reguladas pelos (e nos) discursos identitários femininos que marcadamente as sustentam. Essa relação está presente nos cartuns de “Mulheres Alteradas”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação dos aportes teóricos da Teoria da Relevância (Sperber; Wilson, 2001) e o conceito de performatividade oriundo da teoria dos atos de fala (Austin, 1969), juntamente com as contribuições dos estudos de Butler (1990, 2003) acerca do gênero feminino, parecem evidenciar uma descrição e uma explicação satisfatória dos efeitos obtidos na comunicação e na validação dos mecanismos inferenciais humano.

Nas análises dos cartuns de *Burundarena* foi possível constatar que, indo além dos estímulos linguísticos e visuais ancorados pelos conceitos de gênero e performatividade, a linguagem não reflete somente o lugar social de quem fala, mas que a identidade de gênero não preexiste fora dos atos de fala que a sustentam. A ideia de linguagem como ação, na qual a pragmática austiniana e cognitiva ensejaram perspectivas de análise, em harmonia com a teoria de Butler, permitiu descrever a como se manifestam as identidades dos indivíduos a partir de estímulos linguísticos ou sensório-perceptuais.

Dessa forma, observou-se que os cartuns selecionados de “Mulheres Alteradas” reproduzem, em maior ou menor grau, as relações de gênero que circundam as comunidades femininas e propõem diferentes temáticas e representações de valores culturais, que englobam pontos comuns e contraditórios envolvendo homens e mulheres. Assim, analisar tais conceitos de gênero, comunicação e processos cognitivos a partir de um texto de cunho humorístico (visto somente como um meio de entretenimento), possibilitou-nos superar expectativas pouco exploradas pragmaticamente, como é o caso da performatividade de gênero.

Tomando como base os pressupostos teóricos da TR e o conceito de performatividade de gênero, ao tratarmos do feminismo na visão da pragmática cognitiva, nosso estudo acrescentou contribuições relevantes aos estudos da linguagem, tanto no campo da Pragmática Cognitiva quanto na questão de Gênero e identidade, temas amplamente debatidos em várias instâncias acadêmicas e sociais na atualidade. Seguindo as hipóteses, conceitos e pressupostos que a TR oferece acerca do processo inferencial humano, pudemos concluir que nosso conhecimento de mundo, crenças e expectativas de interpretação descrevem o que é realmente relevante quando o assunto é a noção de discurso e gênero. Além disso, a teoria butleriana evidenciou como tais mecanismos inferenciais nos permitem interpretar conceitos

tão importantes sobre a mulher retratada nas tiras da argentina Maitena Burundarena, o que nos possibilitou alcançar com sucesso nossa hipótese e os objetivos propostos ao estudo.

Em suma, é por meio da seleção desses conhecimentos novos e armazenados que a mente vislumbra o conceito de Relevância. É por meio das inferências que realizamos a interpretação das suposições factuais do mundo que nos circunda, isto é, são esses conhecimentos e experiências que resultaram nos significados de nossas interpretações. Dessa forma, acreditamos que nossos objetivos foram plenamente alcançados, pois consideramos o nosso trabalho como inédito, tendo em vista que não encontramos pesquisas que tenham abordado o tema com profundidade, acerca do gênero em interface com a pragmática cognitiva e, em especial, relacionados à TR.

Cabe ressaltar que os cartuns e tiras analisados nesse estudo, de modo geral, são importantes instrumentos de denúncia de cunho crítico, pois eles são capazes de influenciar e modificar o ambiente cognitivo de seus leitores. Não obstante, seus conteúdos trazem uma gama de informações carregada de ideologias e comportamentos sociais, bem como as angústias da mulher moderna, retratada com tanta propriedade por Burundarena (2003).

Portanto, temos a esperança de haveremos contribuído para o desenvolvimento científico no campo dos Estudos da Linguagem, bem como para os estudos de gênero performativo e a Pragmática Cognitiva, a saber, contribuições relevantes para além do mero exercício da pesquisa. As nossas perspectivas e expectativas são de que em estudos futuros as considerações e análises feitas neste estudo venham a ganhar um corpo mais denso sobre os conceitos anteriormente tratados.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, V. S. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- ANDRADE, S. dos S. Saúde e beleza do corpo feminino – algumas representações no Brasil do século XX. **Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS**. Porto Alegre, v.9, n.1, p.119-143, jan./abr. 2003.
- ARMENGAUD, F. **A pragmática**. (Trad. de Marcos Marcionílio). São Paulo: Parábola, 1999/2006.
- ARRUDA-FERNANDES, V. M. B. **Pressuposição, Argumentação e Ideologia: Análise de textos publicitários**. 1997. Tese (Doutorado em Linguística) — IEL, UNICAMP, Campinas, 1997.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. (Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho). Porto Alegre: Arttexto, 1962/1990.
- BENTO, B. Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS, 7., 2006, Florianópolis. **Anais do Gênero e Preconceitos**. Florianópolis: UFSC, 2006.
- BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas. São Paulo. n. 43, pp. 441-474, jul.-dez. 2014.
- BURUNDARENA, M. **Mulheres Alteradas 1**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BURUNDARENA, M. **Mulheres Alteradas 2**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BURUNDARENA, M. **Mulheres Alteradas 3**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BURUNDARENA, M. **Mulheres Alteradas 4**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- BURUNDARENA, M. **Mulheres Alteradas 5**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- BUTLER, J. **Subjects of desire: Hegelian reflections on twentieth-century France**. New York, Columbia University Press, 1999.
- BUTLER, J. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (Trad. de Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003/1990.
- CASTIM, F. **John Austin e os atos de fala**. Revista *Ágora Filosófica*. Recife, v.1, n.1, 2017.

COSTA, J. C. da. **A relevância da pragmática na pragmática da relevância**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

COSTA, J. C. da. A Teoria Inferencial das Implicaturas: descrição do modelo clássico de Grice. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 12-17, jul./set. 2009.

DANTAS, D. **Sexo, mentiras e HQ : representação e auto-representação das mulheres nos quadrinhos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2006.

FERRAZ, M. M. S. Curvas Perigosas: leituras possíveis. **Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (CELSUL)**, Porto Alegre, 2008.

FLORES, P. J. **Arqueologia da inferência**. 2017. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, Paraná, 2017.

FOWLER, R. **Crítica Linguística**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1986.

GOLDNADEL, M. Contribuições da Teoria da Relevância para a prática de interpretação de textos: uma ilustração por meio de textos de humor. **Revista Linguagem & Ensino**. v.12, n.1, p.33-48, Pelotas. Jan/jul. 2009.

GRICE. H. P. Lógica e conversação. In Marcelo Dascal (org). **Fundamentos metodológicos da linguística – pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística-bibliografia**. Vol. IV. Pragmática. Campinas: Unicamp, 1975/1982.

LEVINSON, S. C. **Pragmática**. (Trad. de Luís Carlos Borges, Aníbal Mari; revisão da tradução Aníbal Mari; revisão técnica Rodolfo Ilari). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCONDES, D. **A Pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

MOURA, H. M. de M. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 2000.

NETO, B. J. **De que trata a pragmática?** In: I WORKSHOP INTERNACIONAL DE PRAGMÁTICA, 2012, Curitiba: UFPR, 2012.

OLIVEIRA, J. A. Pragmática & Comunicação. **Revista Linguagem em Foco**. Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 53-68, 2010.

OLIVEIRA, R. P. de; BASSO, R. M. **Arquitetura da Conversação**: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

OLIVEIRA, E. T. A de. **Significação não Natural e implicaturas**: o projeto de Herbert Paul Grice. 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2016.

OSTERMANN, A.C.; FONTANA, B. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, 2010. P.129-149. Resenha de: CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. São Paulo, 2010.

PINTO, J. P. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo? **Revista Gênero**, Niterói, v.3, n.1, p. 101-110, 2º. sem. 2002.

PINTO, J. P. Os gêneros do corpo: para começar a entender. *In*: GONÇALVES, E. (org.). **Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências**. Grupo Goiânia: Grupo Transas do Corpo. p. 33-44. 2004.

PINTO, J. P. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. *In*: **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez. p. 207-230. 2014.

PINTO, M. **Elementos básicos de Lógica**. UCMG/FUMARC - Fundação Mariana Resende Costa. Belo Horizonte: FUMARC, 1981.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) Mulher?. *In*: Algranti, Leila (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, nº 48, Campinas-SP, IFCH – Unicamp, 2002, p. 07-42, 2002.

PRADO, A. D. C. **Corpo e Gênero em Mulheres Alteradas 3”, /de Maitena**. 2017. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RAJAGOPALAN, K. O Austin do qual a linguística não tomou conhecimento e a linguística com a qual Austin sonhou. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, São Paulo, v. 30, 1996.

SANTOS, S. L. **A interpretação da piada na perspectiva da teoria da relevância**. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANTOS, S. L. Contexto e contextualização: quando o significado acontece. **Anais do VII Ciclo de estudos em Linguagem**. Ponta Grossa, 2013.

SANTOS, S. L. GODOY, E. A Pragmática no Brasil: Trajetórias e Perspectivas. *In*: **Gate to Pragmatics: uma introdução a abordagens, conceitos e teorias da Pragmática**. Porto Alegre. EDIPUCS: 2017. Disponível em: <http://editora.pucrs.br/projetos/251115-001/app/#/equipe> Acesso em set 2019.

SANTOS, S. L. O que as emoções e sentimentos têm a nos dizer sobre a (complexidade da) interpretação humana. **Anais do IX Ciclo de Estudos de Linguagem e II Congresso Internacional de Estudos de Linguagem**, Campinas, 2017.

SCOTT,R. P. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**. n. 73, p.38-47, maio, 1990.

SEARLE, J. S. **Os actos de fala**: um ensaio de filosofia da linguagem. (Trad. Carlos Vogt e outros). Coimbra: Almedina, 1969/1981.

SILVA, M. C. F. Humor e Práticas de Subjetivação em Maitena. **Estudos da Linguagem**, v. 5, n.1, p. 95-108, Vitória da Conquista, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/el.v5i1.1049>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVEIRA, J. R. C. da. A imagem: interpretação e comunicação. **Linguagem em (Dis)curso**, v.5, n. esp., pp. 113-128, 2005.

SILVEIRA, J. R. C. da; FELTES, H. P. de M. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SPERBER, D; WILSON, D. Teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 5, n. esp. p. 221-268, 1995.

SPERBER, D; WILSON, D. **Relevância: comunicação e Cognição**. (Trad. Helen Santos Alves). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. (Trad. José Carlos Bruni). Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROMÃO, S.C.G. **Do desafio do humor à sedução do processamento do texto humorístico à luz da Teoria da Relevância**. 2008. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.